

Ana Paula Lopes Alves Pinto de Almeida

Ana dos Mil Dias:

Ana Bolena, entre a luz e a sombra da Reforma Henriquina



Dissertação de Mestrado Em Estudos Anglo-Americanos
Variante de Literaturas e Culturas

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2009



Ana Paula Lopes Alves Pinto de Almeida

Ana dos Mil Dias:

Ana Bolena, entre a luz e a sombra da Reforma Henriquina

Dissertação de Mestrado Em Estudos Anglo-Americanos
Variante de Literaturas e Culturas

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Setembro de 2009

Para ti, Mãe, que estiveste sempre presente quando de ti precisei.
Para vocês, Bernardo e Francisco, que me apoiaram e sofreram as ausências.
Para ti, Paulo, que enfrentaste os silêncios.

E...

À amizade e apoio de Isabel Esgueirão, Isabel Vidal e sobretudo da Susana Santos.
De formas diferentes, ajudaram-me a percorrer a viagem...

Sumário

A imagem de Ana Bolena tem sido maltratada ao longo dos séculos – o seu estereótipo como “coquette”, “vulgar” e “adúltera” prevaleceu ao longo dos tempos.

Embora a narrativa “oficial” da História seja, muitas vezes ambígua, (entre “a luz e a sombra”), alguns historiadores, biógrafos e romancistas têm recentemente olhado para Ana de uma forma diferente, recuperando a sua representação e reconhecendo a importância do seu papel como Rainha, na mudança que desencadeou na própria História de Inglaterra.

Procurámos, nesta dissertação, ler as múltiplas representações de Ana, com o objectivo de descobrir a mulher de direito, despida dos preconceitos que sempre a acompanharam. Procurámos encontrar a mulher, com todas as imperfeições mas com a força que mudou o rumo da História.

Palavras-chave: Ana Bolena – Henrique VIII – Reforma Henriquina

Abstract

Anne Boleyn has been rather vilified by historians throughout the ages. In her time, the stereotype of Anne as “a vulgar coquette of neither wit nor accomplishments” certainly prevailed, and the idea was often even more strongly phrased by her many enemies.

In a more recent past, there have been serious attempts, on the part of historians, biographers and even novelists to redeem Anne Boleyn’s image and give her time as Queen of England – brief though it was – its due importance as a force behind change, to be reckoned with.

In this dissertation, we have tried to look at Anne’s multiple representations, in an effort to find the woman behind the stereotypes, the woman in her own right, who certainly had many flaws but who was also responsible for a most significant change in British History.

Key-words: Anne Boleyn – Henry VIII – English Reformation

ÍNDICE

| | |
|-----------------------------------|----|
| Nota de Abertura | V |
| Introdução | 1 |
| 1. O Início | |
| 1.1- (França) | 9 |
| 1.2- Inglaterra | 12 |
| 2. Ana e o Rei | |
| 2.1. “Wooing Anne” | 15 |
| 2.2. Ana e a construção da Imagem | 24 |
| 2.3- Ana: A Coroação | 34 |
| 2.4. “Our Matter” | 35 |
| 2.5. Ana e a Reforma | 44 |
| 2.6- Um herdeiro para o Rei | 48 |
| 3. Final /“Finale” | 56 |
| Conclusão | 66 |
| Post Scriptum | 72 |
| Bibliografia | 73 |

Nota de Abertura

A ideia deste tema surgiu nas várias sessões com a Professora Doutora Maria de Fátima Vieira, que aceitou orientar a minha dissertação, e a quem agradeço o apoio incondicional, as sugestões sempre pertinentes, a confiança e entusiasmo que me transmitiu, e as revisões finais.

Fascina-me falar das mulheres, sobretudo daquelas que escolheram – ou foram “empurradas” – para percursos considerados diferentes. Mulheres que quiseram definir-se a si próprias, num mundo masculino que exigia total submissão. Para muitas dessas mulheres, o tempo foi de submissão forçada. As que procuraram fazer frente “ao tempo de silêncio e de mordaza”, pagaram caro a ousadia. Ana Bolena foi certamente, uma dessas mulheres. Para elas, fica o poema de Sophia de Mello como tributo:

Tempo de solidão e de incerteza
Tempo de medo e tempo de traição
Tempo de injustiça e de vileza
Tempo de negação

Tempo de covardia e tempo de ira
Tempo de mascarada e de mentira
Tempo de escravidão

Tempo dos coniventes sem cadastro
Tempo de silêncio e de mordaza
Tempo onde o sangue não tem rasto
Tempo da ameaça

Sophia Andresen, *Ilhas, Obra Poética III*

Introdução

Londres, Agosto de 2009, Biblioteca Britânica: exposição “Man & Monarch: Henry VIII”. Os visitantes, em grande número, circulam entre os vários objectos expostos, sendo certo que um dos momentos altos desta exposição tem a ver com o lado do homem, particularmente a sua relação com as mulheres, e especialmente com Ana Bolena. Com efeito, o *Livro de Horas de Ana*, onde o rei anota palavras de amor e Ana responde, chama a atenção do visitante, tal como uma carta de amor a Ana, “escondida” nos arquivos do Vaticano durante quase cinco séculos e que, supõe-se, lhe terá sido roubada, para servir de prova contra o rei, na questão do divórcio.

Na carta pode ler-se: “The proofs of your affection are such... that they constrain me ever truly to honour, love and serve you”. Segundo David Starkey, historiador e curador convidado desta exposição, esta carta marca “the moment at which British history changes”, when Henry makes clear his undoubtable intention to marry her, and the world turns upside down”¹.

Este trabalho é sobre a mulher que levou o rei mais católico da Europa (a quem o Papa agracia com o título *Defender of the Faith*) a iniciar a tal viagem que muda, para sempre, o rumo e a História de Inglaterra. E as representações dessa mulher, Ana Bolena, encontram-se espalhadas no tempo, desde os retratos coevos – que a apresentam como a meretriz, o “corvo negro” e a depravada, cujo nome deve ser esquecido – às representações da actualidade que olham para Ana como uma mulher diferente, que nos atrai pelo que esconde, e por ter sido protagonista de uma história de amor-ódio que não conseguimos definir. Amor, poder, sedução, oportunismo ou, como diriam os seus contemporâneos, apenas “feitiçaria”? Ana Bolena atrai-nos pelo rótulo que a acompanha, aos olhos dos católicos do século XVI, como a personificação do mal. Olhar para Ana Bolena dessa forma parece-nos um olhar redutor, parcial, informado por preconceitos sobre o papel da mulher. Prova disso, e da nossa atracção pela figura de Ana, são as várias obras recentemente publicadas, desde biografias a romances e até mesmo filmes, como *The Other Boleyn Girl* (2008) e a série *The Tudors* (2007), que procuram oferecer uma leitura diferente e, de certa forma, redimir essa imagem negativa de Ana Bolena.

¹ <http://www.telegraph.co.uk/culture/culturenews/5194183/Love-letter-from-Henry-VIII-to-Anne-Boleyn-on-display-for-first-time.html>

Procurámos, neste trabalho, analisar as representações de Ana, discutir os diferentes papéis que assumiu, bem como as motivações e a relação com os seus contemporâneos. Ana educada em França (capítulo 1, 1.1), Ana-sofisticada dama de honor em Inglaterra (1.2), Ana-amada-do-rei (capítulo 2, 2.1), Ana e a imagem que construiu de si mesma, (2.2), Ana-coroadada rainha, (2.3), Ana-determinada/calculista na resolução do divórcio real (2.4), Ana e a Reforma (2.5), Ana-mãe (2.6) e finalmente Ana- vítima ou culpada (capítulo 3).

Propomo-nos ver a *Ana-mulher* por detrás dos estereótipos e da visão redutora e parcial da maioria dos seus contemporâneos, objecto de amor-paixão-ódio de um rei, uma mulher que assume máscaras diferentes e procura ter voz, num mundo onde o “silêncio” da mulher estava conotado com ideais de castidade e submissão.

Para a realização deste trabalho, seguimos diversas fontes, de biógrafos (que são também historiadores) a romancistas. Tivemos em particular consideração as seguintes biografias e estudos sobre a época Tudoriana: *The Six Wives of Henry VIII*, (2002), de Antonia Fraser. *The Six Wives of Henry VIII*, (2007), de Alison Weir. *Six Wives, The Queens of Henry VIII*, (2004), e *The Reign of Henry VIII, Personalities and Politics* (2002), de David Starkey. *The Life and Death of Anne Boleyn*, (2008), de Eric Ives. *Anne Boleyn: A New Life of England's Tragic Queen* (2007), de Joanna Denny. *Divorced, Beheaded, Survived, A Feminist Reinterpretation of the Wives of Henry VIII* (1995), de Karen Lindsey. *The Rise and Fall of Anne Boleyn*, (2008), de Retha M. Warnicke. Fazem também parte das fontes utilizadas os seguintes romances históricos: *Murder Most Royal*, (1977), e *St. Thomas's Eve*, (1968), de Jean Plaidy. *The Concubine*, (2006), de Norah Lofts. *The Secret Diary of Anne Boleyn*, (2002), de Robin Maxwell. Foram ainda fonte de análise os filmes recentes *The Other Boleyn Girl* (2008) e a série *The Tudors*, Seasons 1&2 (2007 e 2008).

A obra de Eric Ives constituiu um auxiliar precioso para este trabalho, dada a variedade de fontes consultadas pelo historiador (que incluem vários contemporâneos de Ana Bolena, como o embaixador Chapuys), a sua pesquisa atenta, minuciosa e, parece-nos, particularmente bem documentada.

Temos perfeita consciência de que as fontes referidas – as biografias, os estudos históricos e os romances – são necessariamente diferentes, mas essa diferença constitui, na nossa perspectiva, uma mais-valia, na medida em que todas contribuíram para as várias representações de Ana Bolena.

The very ink of history is written with fluid prejudice.

Mark Twain

Toda a representação é necessariamente fluida e fragmentada, uma visão parcelar, dependendo dos olhos de quem “vê”, das suas motivações, do contexto histórico, social e mesmo linguístico de quem olhou no passado e de quem olha agora à luz do século XXI. Na introdução do seu livro *Anne Boleyn*, Joanna Denny refere que nenhuma rainha Inglesa teve tanto impacto na história de uma nação como Ana Bolena, e nenhuma foi tão pouco entendida e tão difamada, representada sob uma perspectiva unidimensional. Permitimo-nos discordar da autora. Se, por um lado, a representação de Ana continua eventualmente a realçar o seu papel de “a outra mulher”, aquela que remeteu Catarina de Aragão para um papel secundário – não obstante tratar-se da filha dos poderosos reis Católicos de Espanha e tia do influente Imperador Carlos V – Ana Bolena tem sido objecto de representações pluridimensionais, que procuram entender as várias facetas por baixo da máscara. Reconhecemos, contudo, com David Starkey, que frequentemente o preconceito tem guiado as biografias de Ana: “ (...) it has been Anne’s fate to be villified rather than idealised” (Starkey, 2004: xxi).

Os retratos que os biógrafos pintam de Ana, antes e depois da sua morte, nunca foram imparciais, oscilando entre pólos radicalmente opostos: a vilã ou a heroína. Esses papéis dependem, mais uma vez, dos olhos e motivações de quem a vê.

Para Eustace Chapuys, embaixador na corte Tudoriana ao serviço do Santo Império, Ana Bolena era uma prostituta, a Concubina e Jezebel que não hesitara em usar todos os meios de sedução e intriga para atingir os seus fins – tornar-se rainha. Chapuys e a facção católica na corte chamam a Ana “she-devil” (Denny, 2007: 2), considerando que terá recorrido não só ao adultério mas mesmo ao incesto, para dar ao Rei o tão desejado herdeiro.

Nicholas Sanders, padre católico que, à data da morte de Ana tinha apenas seis anos, enfatiza defeitos físicos como prova de depravação da alma. É também Sanders quem afirma que Ana era, na realidade, filha de Henrique VIII e de Elizabeth Howard, tornando assim incestuosa a sua relação com o Rei. Nada documenta tais suposições e seria estranho que a descrição de Ana por Sanders não encontrasse eco em tantas referências feitas por contemporâneos à beleza – ou, pelo menos sensualidade e poder atractivo do rosto de Ana.

A “Messalina Inglesa” e “The night crow” como Wolsey a apelida, transforma-se, na visão-representação dos biógrafos protestantes (como George Wyatt) numa verdadeira heroína, aquela que afasta a ameaça papista vinda de Roma. Para Latymer, seu capelão, Ana Bolena era uma mulher devota, obcecada pela caridade, patrona de vários académicos, que impunha às suas damas, na corte, uma moral rígida.

No seu panegírico, Whittington² escreveu sobre Ana: “[y]ou are a faithful protector to paupers, widow and orphans. And your ear is open to the pleading of the poor. You shine with pious religion like the Morning Star” (apud. Fraser, 2002: 263).

“Nan Bullen”, como o povo lhe chamava, era a “outra”, a sedutora que enfeitiçara o rei, levando-o a abandonar a esposa, mulher piedosa e virtuosa, cujo único defeito era ter atingido a meia-idade. Até esta visão, contudo, se irá alterar quando a fúria do rei se abater sobre Ana.

Não se pode representar Ana sem se olhar para o papel da mulher no século XVI. Segundo Joanna Denny, autora de uma biografia escrita em 2007, Ana Bolena era uma mulher diferente das do seu tempo: letrada, intelectual, aberta às novas ideias da Reforma.

John Knox, o reformador escocês, no seu tratado *First Blast of the Trumpet against the Monstrous Regiment of Women*, publicado em 1558, escrevia que “Woman in her greatest perfection was made to serve and obey man” (apud. Weir, 2007:3).

Na Inglaterra Tudoriana, tal como na Idade Média, as mulheres eram educadas a acreditar que eram seres inferiores. O conceito de inferioridade feminina é mais velho do que a Cristandade, mas séculos de ensinamentos cristãos tinham reforçado essa ideia de submissão. A Igreja Católica ensinara que as mulheres eram corruptas e pecadoras – “the wanton daughters of Eve” (Denny, 2007: 59). A mulher era o instrumento do diabo, autora do pecado original que desviaria o homem do caminho da salvação. A mulher era, afinal, a única obra imperfeita de Deus. Solteira ou casada, a mulher possuía poucos direitos legais. O seu corpo, mente e bens materiais tornavam-se propriedade do marido a quem a lei permitia fazer o que muito bem entendesse com eles. Há 450 anos, bater na mulher era prática comum, a justa punição para uma mulher desobediente (aqui, leia-se determinada): “Beating was recommended to bring impudent and erring women into line” (*ibidem*). Thomas Howard, duque de Norfolk e tio de Ana foi um desses maridos, e aplicava um “correctivo” à mulher, enquanto mantinha e orgulhosamente assumia a amante, lavadeira no seu castelo!

² A. Fraser descreve Whittington como um “celebrated grammarian” (Fraser: 234).

Poucas famílias se preocupavam com a educação formal das filhas. Submissão, passividade e um carácter dócil eram os requisitos essenciais. Pouco a pouco, contudo, o conceito renascentista de educação feminina começou a ser aceite, muito graças a homens como Sir Thomas More e Juan Luis Vives, cujas filhas eram exemplos de erudição feminina. Mesmo assim, é o próprio Vives que, embora defendendo a importância da educação feminina, realça a necessidade de obediência e silêncio por parte da mulher. No seu tratado *The Instruction of a Christian Woman*, Vives refere: “woman was a frail thing and of weak discretion, and may be lightly deceived, which thing our first mother Eve sheweth whom the Devil caught with a light argument” (apud. Fraser, 2002: 123). O humanista vacila entre o desejo de, por um lado promover a educação das mulheres e, por outro, dar voz ao cepticismo acerca da natureza da mulher, que considerava frágil e instável.

A mulher Inglesa tinha, contudo, mais liberdade do que as do resto da Europa. Os viajantes estrangeiros, referem, muitas vezes, nos seus escritos, que a mulher Inglesa era diferente, “of marvellous beauty and wonderfully clever (...) bold, astoundingly impudent, riding to hunt with the men and often showing their legs” (Denny: 61) e Erasmo refere, espantado: “You are received with a kiss (...) (*ibidem*).

Os paradigmas convencionais cristãos, políticos e sociais reiteravam e reforçavam a subordinação do feminino ao masculino, mas na prática, a mulher de classe social elevada acabava por desempenhar um papel que ia para além da esfera da família e se repercutia na esfera pública. O casamento era um “political market place for state and family” (Richards, 1997: 101), em que o homem e a mulher valiam pelos bens que traziam, incluindo os políticos. Ao desempenharem os papéis de filha, esposa, e mãe, muitas dessas mulheres exerciam autoridade e influência, desde o sistema de “client- patron” estabelecido entre as famílias importantes (em que os presentes tinham uma conotação política), às alianças entre famílias (através de casamentos bem planeados), e às petições ao monarca intervindo por amigos, marido ou filhos. Na verdade, essas mulheres moviam-se, inconscientemente, no mundo da esfera pública e política, e funcionavam, na corte, “as members of dense kin networks” (Harris, 1990: 274). Não podemos no entanto ignorar que essa actividade emanava geralmente de um consentimento masculino, que, embora elogiando a acção da mulher, não deixava de a rotular de “masculina”：“Men praised effective women by saying they acted like men, language that simultaneously labelled them as atypical and reaffirmed the masculinity of the political realm” (Harris: 281). Contudo, apenas três mulheres dessa

época conseguiram exercer influência política e religiosa de uma forma independente, e uma dessas mulheres foi Ana Bolena³.

Ana não se enquadra no ideal de mulher submissa, sem vontade própria, rejeitando assim a noção largamente aceite do feminino como “the weaker vessel”⁴. Talvez essa diferença tenha (também) contribuído para a sua ascensão e queda: “At the beginning, the young Anne Boleyn’s flashing, witty repartees had excited the King” (Fraser: 266). De acordo com Latymer, capelão de Ana, esta gostava, quando ceava com o rei, de debater teologia ou algum aspecto das Escrituras⁵. Mas a frase de Antonia Fraser “at the beginning” tem um tom premonitório...

Ana tinha um temperamento volátil, explosivo, de resposta rápida. Cavendish⁶, seu contemporâneo, caracterizou-a como “a very good wit” (apud. Fraser: 2002: 152). Esse temperamento nada dócil, contrário aos ideais do século, está largamente documentado e é referido pelos seus biógrafos. Havia algo de arriscado e imprudente na forma determinada como Ana respondia e reagia. Depois de anos de restrição e submissão que a sua condição de mulher – ainda por cima de posição social pouco elevada – lhe tinha imposto na corte de Henrique VIII, ao prender o olhar e o desejo do rei, talvez Ana sentisse que poderia agora desafiar as convenções. Fraser atribui o seu temperamento destemido a características genéticas herdadas do Pai, Thomas Boleyn, diplomata e linguista que ousara, em Outubro de 1530, insultar o Papa e os Cardeais, de acordo com o testemunho de Chapuys (Fraser, 2002: 209, nota 21).

À medida que o seu poder aumentava, Ana mostrava-se mais temperamental. A independência e determinação que tanto encantavam o rei, chocavam as outras mulheres, que consideravam essas características como um desvio – arriscado e perigoso – à norma. (Fraser, 2002: 210). Ana nunca foi popular e amada entre as mulheres, que contudo, seguiam o estilo que criou, como o toucado francês, as mangas compridas e soltas e os adornos no pescoço.

O mote que Ana Bolena mandou bordar na libré dos criados, no Natal de 1530, mostra bem o seu espírito inconformado e arrojado: *Ainsi sera, groigne qui groigne* (*ibidem*). Chapuys relata que Ana revela a sua ignorância ao usar o mote da casa real dos

³ As outras terão sido Margaret Beaufort, mãe de Henrique VII, e Katherine, duquesa de Suffolk (Richards, 101-121).

⁴ “The phrase (...) originated with Tyndale’s translation of the New Testament into English. (...) St Paul urged husbands to give honour unto the wife, as unto the weaker vessel” (Fraser, 1999: Prologue).

⁵ “King Henry took such pleasure in all this that diverse and sundry times he would not only hear them, but sometime would argue and reason himself” (Dowling: *Latymer*, 1990: 61).

⁶ Cavendish, muito próximo de Wolsey, é, como afirma Fraser, : “another source not prejudiced in Anne Boleyn’s favour” (Fraser, 2002: 152).

Habsburgos da Borgonha (que terminava com: “Vive la Bourgogne”), mas, como Fraser faz notar, Ana tinha estado ao serviço da Arquiduquesa Margarida e saberia bem qual o seu mote. Esta escolha parece antes deliberada, fruto de um espírito que se assume diferente e rebelde.

Muito se tem especulado sobre essa rebeldia, atribuindo-a em larga medida à sua situação, numa espécie de limbo entre amante / não amante, rainha / não rainha. A sua impopularidade, de que tinha consciência, sobretudo entre o povo, terá certamente agravado a sensação de insegurança: “The last two years, outwardly so glittering and gay, so enviable, had been years of strain, a walking of a tight- rope whose end recedes as one approached it. Always just a little longer to wait” (Lofts, 2006: 120).

A espera – longa e corrosiva – foi companheira de Ana antes e depois do casamento, quando esperava pela resolução do divórcio (“The Great Matter”) e, mais tarde, quando esperava ansiosamente o nascimento do filho varão que a salvaria: “Yes, it would be a boy (...). She could only think, more waiting!” (Lofts: 224-5).

A espera deixou marcas físicas e psicológicas e determinou certamente as várias representações de Ana. Terá ela sido a vilã – “the ends justify the means” (Lofts: 257) –, sedutora e feiticeira, uma concepção moderna de “femme fatale”? Afinal Chapuys irá referir que o próprio Henrique afirmou que fora levado a casar, seduzido por feitiçaria. Terá sido a donzela que atraía o olhar lascivo de um rei poderoso? Ou terá sido apenas vítima de uma sina pré-determinada? No seu texto de ficção, Lofts coloca as seguintes palavras na boca de Ana Bolena: “There are (...) times when I wonder, no, more than that, I almost see that the things we choose to do, and the things that seem to happen to us by chance were all arranged for us, beforehand” (Lofts: 329).

Luigi Pirandello, dramaturgo, contista e romancista italiano do século XX, considerava que a vida é um desfile de máscaras e que o verdadeiro desafio que se nos coloca não é livrarmo-nos delas, mas sim vivermos com elas⁷. Procurar o rosto verdadeiro é um engano porque debaixo de cada máscara há sempre outra e mais outra e nenhuma é a verdadeira. Fernando Pessoa escreve, a propósito:

⁷ Já Erasmo dizia, a este propósito: “Arrange your facial expression beforehand (...) so that it may be ready for every part of the play and so that not even a glimmer of your true feelings may be revealed (...). Put on a mask, as it were. (apud. Denny: 14).

How many masks wear we and undermasks,
Upon our countenance of soul and when,
If for self-sport the soul itself unmasks,
Knows it the last mask off and the face plain
The true mask feels no inside to the most
But looks out of the mask by co-masked eyes.
(Pessoa, VIII, 35 *Sonnets*)

Não nos propomos desvendar a máscara de Ana Bolena, mas antes mostrar que a sua representação tem necessariamente de ter em conta não só os olhos e motivações de quem vê, mas as várias “undermasks” a que Fernando Pessoa se refere. Afinal, todos nós somos “persona”, pessoas ou personagens que usam máscaras num palco para representar as suas próprias histórias. O talento está na escolha da máscara, daquela que se adapta melhor à representação em cada dia, daquela a que sabemos dar vida com tanta verosimilhança que nem mesmo nós desconfiamos que nós não somos nós.

Uma visão unidimensional de Ana Bolena é, por isso, inaceitável. Espreitar por detrás das suas várias máscaras poderá ajudar a entender as representações que, ao longo da História e dos tempos, dela têm sido feitas.

Como se afirma na introdução a cada episódio, na série *The Tudors* (Season 1): “You think you know the story, but you only know how the story ends. To get to the heart of the story, you have to go back to the beginning”. Voltemos, então, ao início...

1. O início

1.1- França

Tudo o que se relaciona com Ana Bolena parece envolto em incerteza e mistério. A própria data de nascimento é duvidosa – vários biógrafos apontam as datas de 1501 a 1507⁸, mas a maioria dos biógrafos adianta 1501 como a data do seu nascimento. Os Boleyn, diriam os mais elitistas e a própria tradição, “smelt of the shop”, uma vez que o fundador de Hever, a mansão da família, Geoffrey Boleyn, tinha feito fortuna como comerciante; contudo, a tradição engana-nos.

A Inglaterra do século XVI premiava o talento e a riqueza, e os Boleyn acabariam por se ligar à aristocracia Inglesa, através de alianças matrimoniais bem estabelecidas. Como Ives realça, “she [Anne] was better born than Henry VIII’s three other English wives” (Ives, 2008: 4).

No século XVI, na corte Tudoriana, reinava a “monarquia pessoal”⁹, isto é, o rei era o centro e o cortesão apenas conseguia ter riqueza, poder e influência se pertencesse ao círculo dos privilegiados a quem o rei concedia favores. A “monarquia pessoal” criava competição e luta pelo poder, que não era senão a luta pelos favores reais. A corte fazia ou desfazia a importância do indivíduo e Ana não escapou à regra: “The court made her and it would be the court which destroyed her” (Ives:6).

A corte era, como Ives realça, um inferno onde o preço a pagar pela fortuna e pela influência eram a integridade, a moralidade e o respeito. A vida na corte poderia resumir-se, na sátira de Thomas Wyatt, da seguinte forma: “buy friends, maintain virtue only as a front, batter on the rich and elderly, marry for money and take your pleasure on the side; if a female relative is attractive, then sell her for a good price to thy better, and never let friendship get in the way of advantage – this is the only recipe” (Ives: 9). Erasmo aconselha, por isso, o cortesão a colocar a máscara em casa, preparando-se para representar um papel,

⁸ J.H Round favorece 1507 (Round, 1886:12-23).

Ives, contudo, baseando-se em Hugh Paget, considera antes *circa* 1501, tal como Starkey, Fraser e Weir. Warnicke concorda com a tese – defendida também por Camden e Gairdner – de 1507. (Warnicke, 2008: 9; 12).

⁹ O que este termo implica é a ideia de que, no século XVI, o poder estava na mão do governante e, em termos práticos, as estruturas do governo (parlamento, tribunais) respondiam em função da vontade de um homem. O curso de acção, ou como diríamos actualmente, a política, era determinada pelo rei, que dava e tirava poder, lucros, riqueza e estatuto a seu prazer.

tal como no teatro: “Arrange your facial expression beforehand at home (...)...These are the rudiments of courtly philosophy... Put on a mask, as it were” (apud. Denny, 2007:14).

É interessante notar que a ambiguidade em relação à vida na corte prevalece, uma vez que, se por um lado a corrupção é generalizada e os jogos de poder dependem do favor real, outros acreditavam que o rei deveria rodear-se de bons conselheiros, na linha do que poderemos chamar o Humanismo Renascentista. Nessa perspectiva, More escreve, em *Utopia* que “ (...) os vossos conselhos seriam de alta utilidade pública se quisésseis dominar o horror que vos inspiram reis e cortesãos” (More, 2005: 50).

A atitude em relação à corte era assim ambígua, oscilando entre os ideais que a educação humanista defendia – desde o poder oratório, modos e aparência pessoal imponentes, até à combinação de um “saber fazer” – e os “valores” mais mundanos como o sucesso, o poder e a fortuna que facilmente seriam alcançados se o cortesão soubesse aproveitar as oportunidades e lisonjear o monarca.

Thomas Boleyn tipifica esse cortesão que procura a fortuna e influência, e que tem as qualidades académicas (era um óptimo linguista e diplomata) e desportivas (era por exemplo exímio nas justas) que constituíam uma mais-valia. Fazendo parte do círculo do rei – pertencendo ao “privy chamber”, em breve a sua influência iria aumentar. À semelhança da filha, também ele tem sido representado de diversas formas, do homem erudito, embaixador do rei, ao calculista que não hesitou em usar as duas filhas para ganhar favores reais: “ (...) a man who, on his way to an earldom, slipped (...) two daughters in succession into the king’s bed” (apud. Ives: 6). A este propósito Joanna Denny, por exemplo, tem uma opinião diferente: “he [Thomas Boleyn] was a man of principle, learned and daring in taking risks. He was a supporter of the New Religion” (Denny, 2007:38).

Também na corte Henriquina, antes de 1520, encontramos Maria Bolena, irmã mais velha de Ana, que foi amante de Henrique VIII e cuja reputação como “ a great wanton and notoriously infamous” vinha já da corte Francesa, em 1514¹⁰.

Por volta de 1513 Ana Bolena terá sido enviada para a corte da Arquiduquesa Margarida, em Mechelen (Flandres¹¹ / Países Baixos). A Borgonha era, na altura, o centro cultural que a Europa procurava seguir.

¹⁰ “per una grandíssima ribalda et infama sobre butta” (apud. Ives: 16, n.72). Pedro Rivadeneira atribuirá contudo essas características a Ana Bolena, na sua crónica: “ (...) fué enviada á Francia, y (...) vivió com tan grand liviandad (...)” (apud. Quintero: 270).

¹¹ “For a century Flanders (...) had been the cultural heart of Europe. (...) France and Flanders were parts of one cultural entity (...) and the doyen of that culture was Margaret of Austria” (Ives: 2008: 22-3).

Na qualidade de regente em nome do sobrinho, (Charles of Burgundy, o futuro Carlos V), Margarida da Áustria era uma mulher diferente, de visão. Intelectual, falava várias línguas, era poetisa, patrona da pintura Flamenga e da arte da iluminura, interessada na Arquitectura e com qualidades políticas excepcionais. A sua corte tornou-se uma espécie de escola de elite para as filhas da nobreza europeia e é aí que Ana irá contactar com a Arte e desenvolver muitos dos seus gostos – pelas línguas, pela pintura, pela música e pela dança.

Os Países Baixos dependiam, em larga medida, do comércio com Inglaterra. Os mercadores Ingleses exportavam lã e tecidos para a Holanda e importavam bens de luxo, tapeçarias, manuscritos iluminados, esculturas e pinturas. Margarida era, por isso, defensora da aliança com Inglaterra.

Quando Maria Tudor, irmã de Henrique VIII casa com Luís XII, o velho rei de França, Ana Bolena deixa a corte de Margarida para a corte Francesa, talvez como elemento de ligação linguística, visto que Maria não falava Francês. Mesmo depois de Maria enviudar, Ana não regressa a Inglaterra, ficando na corte da rainha Claude, que casara com o novo rei Francisco I. A sua corte era o centro de uma cultura brilhante, que se inspirava na cultura Italiana. Ana teve assim a oportunidade de polir os seus dotes musicais e artísticos e de adquirir um toque sofisticado que faria parte intrínseca da sua imagem – “ (...) by her late teens she [Anne] had become the perfect, quintessentially, French cocotte” (Starkey, 2004: 263). Também o poeta Francês Lancelot de Carles refere: “you would never have taken her for an English woman in her manner and behaviour (...) but a native-born French lady” (*ibidem*). O espaço social, geográfico e cultural da corte Francesa marcou profundamente a construção da imagem de Ana. Luísa de Sabóia (mãe de Francisco I e que foi regente na ausência do filho) e Margarida d’Angoûleme (irmã do rei) eram mulheres diferentes, actantes e determinadas. Ambas desempenharam um papel activo numa sociedade predominantemente masculina. Margarida era poetisa, académica e começava a manifestar interesse nas ideias da Reforma religiosa. Intelectual e assertiva, (um contraponto à submissão de Claude), terá sido um modelo para a jovem Ana, que irá futuramente recusar o modelo de aceitação e passividade da rainha Claude. No contexto espacial e cultural referido, Ana adquiriu sofisticação, sensualidade e requinte e o culto pela imagem e pela teatralidade da acção.

Embora não haja registos desta fase da vida de Ana Bolena, os seus inimigos irão mais tarde representá-la como o início da sua aprendizagem na arte da sedução: “Seven years in France had taught her skill in the game of courtship” (Weir, 2007:164).

1.2- Inglaterra

A vida de Ana iria mudar como consequência da deterioração das relações Franco-inglesas. Assim, em 1521, Ana regressa a casa, e o primeiro registo que dela temos reporta-se a uma representação que teve lugar na Corte, quando da celebração de Shrovetide (Domingo Gordo). Na representação que então teve lugar, denominada “Château Vert”, Ana (dama de honor da rainha Catarina), assumiu o papel que tão bem lhe iria assentar, no futuro, o de Perseverança.

Ana, cujo casamento com um primo irlandês estava a ser discutido, acabará por atrair os olhos e a paixão de um jovem de famílias influentes, Henry Percy, futuro duque de Northumberland. Ter-se-ão conhecido em York House, o palácio do Cardeal Wolsey, o braço direito de Henrique VIII. Segundo Starkey, a jovem Ana depressa se apaixonou e os seus famosos olhos escuros “went forth as messengers, bearing the secret witness of her heart” (Starkey, 2004: 267).

O amor entre os jovens terá sido travado por Wolsey, segundo alguns biógrafos já por ordem de Henrique, a quem a figura graciosa de Ana começara a atrair. Joana Denny chama-lhe “The king’s infatuation” (Denny, 2007: 109).

Wolsey era uma figura poderosa na corte Henriquina¹². Segundo alguns biógrafos, terá sido o próprio Cardeal quem se opôs à continuidade do romance, por estar envolvido no casamento projectado de Ana com o filho do Conde de Ormonde. Muitos estudiosos consideram que a humilhação de Ana, ao ser comparada negativamente com a poderosa família dos Northumberland, irá “ditar” a (futura) vingança de Ana Bolena, ao contribuir para a destruição do Cardeal.

O amor entre Ana e Percy terá eventualmente conhecido algum tipo de pré-contrato ou simples pacto que será objecto de polémica no futuro. Percy não foi o único admirador da jovem Ana. Thomas Wyatt, poeta e cortesão, diplomata e homem de acção, ter-se-á também apaixonado por ela. De acordo com David Starkey, o interesse do poeta por Ana terá começado por volta de 1525-6 e, na sua perspectiva, o poema “If Waker Care”, contrasta a amante do poeta, Phyllis, com Ana, que se revelara tentadora, mas cujo amor era impossível de obter. Starkey refere que para Wyatt, Ana seria “a fire that me burnt”. A poesia de Wyatt traduzirá esse amor do poeta:

¹² “He [Wolsey] was the beginning, the middle and the end” (apud. Ives: 13).

If thou ask whom, sure since I did refrain
Brunet that set my wealth in such a roar
The unfeigned cheer of Phyllis hath the place
That Brunet had: she hath and ever shall.
(Ives, 2008:74-5)

Wyatt foi suficientemente sensato para alterar, mais tarde, a versão inicial “set our country in a roar para “set my wealth in a roar” (Ives: 75).

Como em quase tudo o que diz respeito a Ana Bolena, a ambiguidade e incerteza prevalecem. Warnicke, por exemplo, discorda de Starkey, opinando que no referido poema, a mulher “who set our country in a rore” não seria Ana, e que a expressão “the Brunette” se poderia identificar com a mulher de Wyatt e não com Ana Bolena. Jean Plaidy, por sua vez, refere que Wyatt e Ana eram vizinhos e a paixão nascera da amizade de infância (Plaidy: 1977: 123). A mesma hipótese é levantada por Antonia Fraser (2002:156). Seja como for, o poema mais conhecido de Thomas Wyatt que se associa a Ana Bolena, um poema Petrarquista, retrata-o a afastar-se da relação devido ao “augusto rival”:

Whoso list to hunt: I know where a hind is.
But as for me, alas I may no more:
The vain travail hath wearied me sore...
Who list to hunt...
As well as I may spend his time in vain,
And graven with diamonds in letters plain
There is written her fair neck round about:
'Noli *me tangere*, for Caesar's I am,
And wild for to hold, though I seem tame'.
(Fraser, 2002: 157)

Neste poema, Wyatt parece admitir a forte atracção por Ana, “the hind”. Nas palavras do neto (George Wyatt), que irá escrever já no reinado de Isabel I, o coração do poeta, perante a beleza de Ana, “seemed to say, I could gladly yield to be tied forever with the knot of her love” (apud. Ives: 74). Ainda em relação a este poema, Weir lê nele a aceitação, por parte de Wyatt, de que Ana estava fora do seu alcance. Fica, no entanto, a questão levantada por Ives: Até que ponto é a poesia autobiográfica? O poeta poderia estar a escrever apenas dentro das convenções do amor cortês.

Se, por um lado, a reputação de Ana como mulher desejada por uma figura romântica aumentava, com a corte do poeta, por outro, Ana tinha consciência da não elegibilidade de Wyatt, casado e que “ (...) for all his charm, could not give her what she wanted. (...). She found [the position of mistress] morally repugnant – as she did when it came to being mistress to a man of far higher status than Wyatt” (Starkey: 270). Com o seu estilo exótico e

olhos escuros, Ana terá atraído outros cortesãos – “men of all ranks were competing to win her” (*idem*: 271).

Segundo Starkey, o interesse de Henrique VIII por Ana terá começado no inverno de 1524-5. Fraser, por seu lado, situa-o “in the jovial atmosphere of Shrovetide 1526” e Ives concorda com essa data, ao passo que Warnicke avança que terá sido na primavera de 1527. Tendo sido o produto de uma paixão súbita – “The king’s love of Anne Boleyn started with great suddenness” (Fraser: 157) ou o culminar de um amor cortês, o certo é que Henrique começou a cortejar Ana Bolena.

Ives refere que as três primeiras cartas de amor que o Rei escreveu a Ana se referem à época em que “the conventions of courtly manners began to change into something more serious”.

O amor cortês seguia regras de cavalheirismo e regulava o relacionamento entre os sexos, na corte. Fazia parte do amor cortês a demonstração de proeza física e o juramento de fidelidade nas justas; combatia-se em nome do soberano, mas também em lealdade para com a dama, que era, simbolicamente, a amada inatingível, alvo de um amor platónico e de poemas e baladas que cantavam os seus dotes e beleza. O amor cortês fazia parte do dia-a-dia na corte. A música, a declamação de poesia, a conversação espirituosa ajudavam a combater a monotonia, no intervalo de outras actividades “masculinas”, como os torneios, as caçadas ou a preparação para a guerra. O “pretendente” esperava da dama bondade, olhares lânguidos e uma amizade platónica. A dama poderia ser mais velha e tornar-se patrona do jovem cortesão. Embora o jogo do amor cortês fosse eminentemente sexual, a maioria não o levava demasiado a sério – “it was the safety device which prevented the critical mass from exploding” (Ives: 70). Margarida de Áustria avisa as donzelas da sua corte: “Keep men at a distance and treat their advances with a light touch” (Ives: 72).

A ambivalência do amor cortês, da “amante” (*mistress*) que o não era, mas poderia vir a ser, domina a corte Tudoriana e dificulta-nos a percepção da realidade por detrás das máscaras.

2. Ana e o Rei

2.1- “Wooing” Anne

Karen Lindsey argumenta que, no mundo do século XVI, o poder da mulher passava necessariamente pela relação directa com um homem poderoso, de preferência um marido poderoso (Lindsey, 1995: 55). Para isso, a mulher teria de saber jogar o jogo do amor cortês, sendo simultaneamente provocadora e casta.

Parece consensual, para os vários autores analisados, que em Fevereiro de 1525 Henrique participou nas justas ostentando o mote “Declare I Dare Not”, bordado nas suas vestes. Alguns associam essa atitude à indicação de que o Rei se apaixonara por Ana. Weir relata que Henrique pede a Ana que aceite ser sua amante, o que Ana recusa, veementemente afirmando “I would rather lose my life than my honesty which will be (...) the dowry I shall have to bring to my husband” (Weir: 160). Também de acordo com esta autora, passaram alguns meses entre a proposta do Rei e a conversa deste com o Cardeal Wolsey sobre a possível anulação do seu casamento com Catarina de Aragão. Weir, que geralmente mostra Ana Bolena sob um ângulo negativo, refere que ela soube manobrar inteligentemente Henrique, de modo a que este lhe irá propor casamento: “She [Anne] had cleverly manoeuvred him into proposing marriage, now she would make him play a guessing game, while she affected to consider whether she would accept him” (Weir:162) Segundo esta autora, terá sido nessa altura que Henrique afastou o rival Wyatt, enviando-o numa missão diplomática.

Weir representa Ana Bolena como calculista, usando a sedução para manter a chama acesa, sem contudo se queimar: “She handled him with such calculated cleverness that there is no doubt the crown meant more to her than the man through whom she would wear it” (Weir, 173). O facto de Ana por vezes não responder às cartas de amor do Rei, faria parte dessa tática deliberada para manter o seu interesse.

Ives adianta a hipótese de que terá sido a corte do poeta Thomas Wyatt a Ana que despertou o interesse de Henrique VIII. De acordo com esse biógrafo, o seu desejo e a acção no sentido de se divorciar de Catarina, terão sido factores separados. A rejeição a Catarina viria já desde 1524, quando Henrique deixou de ter relações com a Rainha. Esta tinha 39 anos e não concebia há sete. A sua figura perdera a graciosidade, devido às várias gestações.

A Rainha, extremamente piedosa e com um sentido sempre presente da moralidade e do dever, era pouco dada às frivolidades da corte. Ives afirma que, por volta de 1525, quando Henrique torna o seu filho ilegítimo (que tivera com a amante Elizabeth Blount) duque de Richmond, decide que Catarina pertencia já ao passado. Henrique descobrira o que considerava ser prova irrefutável de que, de acordo com a lei canónica o seu casamento era inválido. Lê-se na Bíblia: “If a man shall take his brother’s wife, it is an unclean thing: he hath uncovered his brother’s nakedness; they shall be childless” (Leviticus 20: 21). Animado com esta certeza, e deliberadamente ignorando que tinha uma filha, lendo apenas “filhos” como “filhos varões”, a 17 de Maio de 1527 o rei dava os primeiros passos para um processo que iria arrastar-se no tempo.

Onde é que Ana cabe, no desenrolar dos acontecimentos? Sabemos que em Agosto de 1527 Henrique pede ao Papa uma dispensa que lhe permitisse casar novamente. As dezassete cartas de amor entre Ana Bolena e o rei constituem uma crónica desse relacionamento. Revelam uma Ana cautelosa, racional e reticente e um Henrique apaixonado e confuso pelos sinais contraditórios que Ana enviava. Depois de mais de um ano “struck with the dart of love” (Ives: 84), Henrique insistia agora numa resposta: “If it shall please you (...) to give yourself up, body and soul, to me” (apud. Ives: 85). Nesta carta, o rei não oferece casamento, mas antes a posição – por tantas cobiçada – de “maitresse en titre” (*ibidem*).

A máscara de Ana é difícil de interpretar. Afinal, era elogioso, tentador e estimulante ser alvo do desejo – firme e aparentemente duradouro – de um rei considerado o mais belo da Cristandade. Ives lembra ao leitor que Ana guardou as cartas de amor, o que seria sinal de algo mais, se não de paixão, pelo menos de atracção por uma figura poderosa e ainda viril. Mas Ana não cede facilmente e só a perspectiva de casamento a faz repensar, enviando como sinal de aceitação uma jóia (“*unne étrenne*”) representando uma donzela num barco açoitado pela tempestade. Ives descodifica da seguinte forma o seu significado: o barco seria o símbolo da protecção (tal qual a arca que salvara Noé). O diamante representaria “a heart as hard as diamond, steadfast and nothing pliant” (Ives, 87). Como resposta, Henrique torna bem clara a sua intenção de casar com Ana:

Praying you also that if ever before I have in any way done you offence, that you will give me the same absolution that you ask [no doubt for appearing cold], ensuring you that henceforth my heart shall be dedicate to you alone, greatly desirous that so my body could be as well, as God can bring to pass if it pleaseth him, (...) wishing the time brief, and thinking it but long until we shall see each other again.
Written with the hand of that secretary who in heart, body and will is
Your loyal and most ensured servant

H. aultre AB ne cherse R.¹³
(apud. Ives: 87)

Henrique VIII, o rei poderoso, termina as cartas como um adolescente apaixonado, desenhando mesmo um coração à volta das iniciais AB. Como Ives conclui, “Henry was engaged!” (Ives: 88).

O historiador, baseado na investigação que leva a cabo das cartas de amor de Henrique a Ana, sugere a seguinte cronologia de acontecimentos:

| | |
|----------------------|---|
| 1524- | Henry and Catherine cease to have sexual relations |
| 1525- (summer) | Attempt to build up Richmond as the alternative heir |
| 1526- (Shrovetide) | Henry begins the courtly pursuit of Anne |
| 1526- (autumn) | Henry’s first letter to Anne |
| 1526- (post October) | Friction between Henry and Wyatt over Anne |
| 1527- (January) | Wyatt leaves for Italy |
| 1527- (April) | Henry consults about annulment |
| 1527- (Easter) | Henry presses Anne to become <i>maitresse en titre</i> |
| 1527- (May) | Preliminary annulment hearing in secret |
| 1527- (June) | Henry tells Catherine of his annulment plans |
| 1527- (summer) | Henry and Anne agree to marry. |
| 1527- (August) | Decision to ask the Pope for a dispensation to free Henry and Anne to marry. (Ives: 90) |

Não há qualquer registo de envolvimento entre Ana e Henrique antes de 1527, embora David Starkey sugira que Henrique se sentia atraído desde o inverno de 1524-5 (Starkey: 277-282). Este autor discorda da reconstrução acima indicada. J. J. Scarisbrick, tendo como fonte Cavendish, reporta o aprofundamento do relacionamento por volta de 1525-6. Starkey situa a entrega de Ana em Janeiro de 1527, pois a palavra “étrenne” pode significar presente de Ano Novo.

Karen Lindsey dá-nos uma interpretação e representação diferentes. Esta autora considera, bem pelo contrário, que Ana pretendia apenas manter a relação dentro do âmbito do amor cortês: “she [Anne] didn’t want to be his lady, but simply his subject – she didn’t want a sexual relationship” (Lindsey, 1995:58). Na perspectiva feminista que adopta, Lindsey é de opinião de que, à luz da nossa época, Ana Bolena foi vítima de assédio sexual: “Henry’s approach to Anne would be identifiable as sexual harassment” (*ibidem*). Para esta autora, toda a atitude de Ana – as longas ausências da corte, a demora em responder às cartas, a sua resistência a um relacionamento sexual – prova que ela não era a caçadora, mas a presa. “She kept hoping he [Henry] would tire of the chase, but he didn’t and she was trapped” (Lindsey: 59). Ninguém elegível a querer agora, sabendo do interesse do rei.

¹³ Last line= “looks for no other”

Lindsey vê por isso no poema de Wyatt um significado inquietante: ninguém poderia protegê-la, uma vez que o caçador real iria apanhar a presa inocente. Assim, esta autora representa Ana como uma mulher que, tendo-se apercebido da inevitabilidade da captura, acabou por isso mesmo por impor as suas próprias condições. Afinal, Henrique mencionava frequentemente as suas dúvidas sobre a validade do seu casamento com a rainha e o cardeal Wolsey planeava um eventual casamento com uma princesa Francesa. Provavelmente, Ana ter-se-á questionado: por que não ela própria?

Lindsey refere que alguns historiadores hostis a Ana realçam o seu calculismo, frieza, determinação e ausência de qualquer sentimento profundo pelo rei, ao passo que outros consideram que Ana estava apaixonada por ele. Lindsey prefere rejeitar ambas as hipóteses, considerando antes que Ana aproveitou apenas o que lhe era oferecido.

É interessante verificar que Ives faz notar essa mesma ideia de representações múltiplas, de acordo com os olhos de quem vê: “ (...) the sympathetic can see Anne’s resistance as standing out for costly principle, the cynical gloss it as a calculated gamble, while the realistic can point to the discouraging prospects of a dumped royal mistress” (Ives: 89).

Quanto ao simbolismo da jóia, Lindsey faz uma leitura diferente da já exposta, que nos parece um pouco rebuscada: o barco representaria o desejo de fuga e, nesse caso, Henrique não seria o navio protector, mas o mar revoltoso que fazia perigar a vida da donzela, a não ser que se encontrasse um porto seguro – o casamento. Lindsey olha para a sociedade Tudoriana numa perspectiva feminista e não pode, por isso, deixar de considerar que, numa sociedade em que se enviavam cartas de condolência quando uma mulher dava à luz uma filha, a ideia de uma sucessão e liderança femininas terá certamente sido inquietante para Henrique VIII. Como poderia a mulher – considerada inferior – lidar com a responsabilidade da liderança e decisão? E como poderia o seu marido obedecer a alguém que considerava inferior, por “virtude de sexo”? É certo que não faltavam na Europa exemplos de mulheres líderes. A própria sogra do rei, Isabel de Castela era uma mulher poderosa e capaz, que governara Espanha conjuntamente com o marido, durante 35 anos. Também Margarida da Áustria governava os Países Baixos, na sua qualidade de Regente. E o que dizer de Luísa de Sabóia que, não obstante a lei sálica francesa, governara o país com eficácia durante a prisão do filho, refém de Espanha? Mas por muitos exemplos que procuremos, continuava a pôr-se a questão, à mulher governante, de assegurar a linha dinástica. As leis de Deus, contudo, ordenavam à mulher que obedecesse ao marido – nesse prisma, o verdadeiro governante seria o rei consorte.

Na perspectiva adiantada por Lindsey, não foi contudo o medo da instabilidade ou a convicção da impossibilidade de uma mulher governar que terão levado Henrique a procurar o divórcio, nem tão pouco terá sido a paixão por Ana. Para esta autora, foi apenas o ego de Henrique VIII, “his monstrous ego” (Lindsey: 64), que o levou a procurar fazer coincidir a vontade de Deus com a sua própria vontade. E a vontade deste rei poderoso era ter um filho varão. Aceitar a sucessão da filha Maria seria aceitar a sua falibilidade. Nesta lógica, faltava apenas ao rei descobrir o que é que impedia Deus de realizar os seus desejos. A conclusão foi simples e conveniente: o casamento com Catarina requerera uma dispensa papal, visto a noiva ser a viúva do irmão de Henrique, o príncipe Artur. O Papa errara ao conceder a dispensa e Deus não lhe dera filhos varões. Wolsey, perante os argumentos reais, terá aceitado a vontade do rei e em Maio de 1527, na sua capacidade de legado papal, o ministro “acusou” o rei de viver em pecado.

O tribunal secreto por ele convocado, não pôde resolver a questão que passaria a ser conhecida como “The Great Matter” e que viria a arrastar-se no tempo: “he [Henry] little dreamed it would take him six years, nor envisaged the far-reaching effects it would have on himself, the woman he loved, or his kingdom and people” (Weir: 170).

Fraser realça a ideia já mencionada de que Ana – “capricious fascinating Brunet” – não aceitaria o papel de uma Bessie Blount ou de uma Mary Boleyn: “A more solemn destiny was planned for Anne Boleyn” (Fraser, 2002: 162). De facto, ao contrário de outras opiniões já anteriormente avançadas, Fraser considera que Ana teve um “timing” perfeito, visto que o rei nunca pensara em divorciar-se antes de se apaixonar por ela: “ (...) within a year of being struck by ‘the dart of love’ fired by Anne Boleyn’s black eyes, King Henry was taking an active part in the struggle to heave off the coils of his first marriage” (Fraser, 2002: 168).

De acordo com os registos do “Public Record Office”, a partir de Agosto de 1527 encontram-se várias anotações sobre os gastos de Henrique nas muitas jóias que irá oferecer a Ana. A listagem é longa e coincide com a data que Ives adianta como a do noivado. Este biógrafo é de opinião de que ambos esperariam que a anulação do casamento fosse rápida e o noivado breve. A sociedade Inglesa não estava preparada para longos noivados entre adultos. Se a união com Catarina fosse invalidada, então o rei podia casar com Ana e deixar que os problemas legais do primeiro casamento fossem tratados posteriormente. Mas Catarina era tia do poderoso Carlos V e este dominava o Papa. Henrique teria de esperar pela decisão de Roma e essa espera, aliada ao desejo sexual de Henrique (reprimido por imposição de Ana), criava uma situação tensa. Muito se tem falado dessa paixão reprimida:

“The King’s affection for La Boulaing increases daily. It is so great (...) that it can hardly be greater; such is the intimacy and familiarity in which they live at present”, diria Eustace Chapuys, embaixador espanhol e que viria a ser o grande inimigo de Ana Bolena.

Mas até que ponto havia intimidade física entre Ana e Henrique? A maioria dos observadores europeus na época concluiu que eram amantes. Contudo, as várias fontes apontam para uma realidade diferente. Embora passando muito tempo juntos – “Henry’s privy purse expenses show how intertwined their lives were” – Ives afirma que há motivos para acreditar que Ana se tenha mantido virgem até final de 1532 (Ives: 144). Cavendish, católico e com poucos motivos para gostar de Ana (visto esta ter, na perspectiva da História, destruído Wolsey, a quem servia e admirava), aponta nesse mesmo sentido:

The noblest prince that reigned on the ground
I had to my husband, he took me to his wife;
At home with my father a maiden he found me.
(apud. Ives: 171)

Weir, por vezes acusada de representar Ana a uma luz pouco favorável, realça aquilo a que chama “her [Anne’s] sexual allure”, mas afirma também que “ela não dormia com ele” (Weir: 170).

À luz dos tempos modernos será difícil imaginar essa situação, mas Ives e Fraser opinam que deverá ter existido intimidade sexual entre o rei e a sua amada: “Certainly she [Anne] did not allow the king to make love to her (fully) (...) but ‘liberties’ of an increasingly intimate nature were probably allowed to the king. (...) Some form of *coitus interruptus* seems indicated”¹⁴ (Fraser, 2002: 166).

Fraser considera que essa actuação, imposta sem dúvida por Ana, teria vantagens, pois por um lado manteria a chama acesa, e por outro, numa época em que os métodos contraceptivos se limitavam ao uso falível de ervas e esponjas, o *coitus interruptus* era um procedimento comum. Ives concorda com essa opinião, realçando porém a determinação – leia-se calculismo – de Ana:

Anne’s determination to be a wife and not a mistress meant that self-interest lay in morality (...). How this [physical element] could be expressed, yet controlled, over six years may intrigue [our] curiosity. (...). But controlled it was; when full sexual relations began, they were initiated by calculation – and the calculation was (...) Anne’s. (Ives: 171)

Também a mesma ideia de determinação e domínio da situação é secundada por Starkey. Henrique era o rei, mas não mandava nesta mulher nem no seu amor: “Anne had

¹⁴ A série *The Tudors* segue essa perspectiva.

given him only her heart and her love. As for her body, he would have to wait” (Starkey: 283). E, de acordo com vários biógrafos, essa espera manteve-se até à viagem que Henrique VIII fez a Calais, para se encontrar com Francisco I. Terá sido no final dessa visita, na qual o rei Inglês se fez acompanhar de Ana e grande parte da aristocracia Inglesa (num reconhecimento e aceitação da sua importância na vida do rei e do país), que Ana se terá finalmente entregue ao rei: “Somewhere, sometime, perhaps as the wind tore through the Calais streets or in a manor-house in Kent, Anne at last slept with Henry” (Ives: 161).

Como Ives adianta, esta é a probabilidade, visto que Ana Bolena concebeu no início (ou meio) de Dezembro de 1532. Também Lindsey escreve, a este propósito: “Around this time [Calais], Ann decided that virginity was not the useful tool it had been for the past seven years” (90).

A viagem a Calais terá sido uma atitude de propaganda bem delineada, para obter o reconhecimento europeu que Ana precisava. A nobreza Inglesa acompanhou o rei e, segundo os registos da época, os gastos de Henrique terão excedido £6.000. O rei terá mesmo exigido a Catarina as jóias da coroa, para que Ana, “que tinha um sentido de teatralidade” (Ives: 159), resplandecesse na sua nova (e recente) condição de Marquesa de Pembroke. Em Calais, de 11 de Outubro a 12 de Novembro, Ana Bolena preparou-se para reinar.

Como quase tudo o que tem a ver com Ana, a ambiguidade e incertezas mantêm-se, e não terão provavelmente a ver só com a distância temporal, mas mais com as leituras, interpretações de quem “vê”. Assim, Alison Weir refere a investidura de Ana como Marquesa de Pembroke como determinante no relacionamento dos dois protagonistas: “The wording of the patent (...) left room for speculation (...) as the phrase ‘lawfully begotten’ had been omitted when referring to the male issue to whom the title might one day descend” (Weir: 236). Para esta autora, essa omissão deliberada significaria que Ana e Henrique tinham iniciado o seu relacionamento sexual: “it [sexual relationship] had begun only a short time before, probably during the previous week” (237). Para Weir, a morte do arcebispo Warham (opositor acérrimo à questão do divórcio) terá sido determinante para que Ana tivesse decidido iniciar o relacionamento sexual. Já Ives discorda dessa análise:

Friedmann argued (...) that with Warham’s death removing the last major obstacle to their marriage, Anne began to live with Henry (...) and the grant of the title [Marquis of Pembroke] was insurance (...) for herself and any children she [Anne] might have by the king (...). It is strange that Henry, desperate for a legitimate heir, should at this stage (...) contemplate (...) a bastard child. (Ives: 167)

Seja qual for a leitura, é consensual que os vários estudiosos de Ana Bolena lhe atribuam, até esta fase, pelo menos, o papel principal – é ela que manobra o relacionamento¹⁵, numa liderança feminina que nos parece pouco comum para a época, como aliás o mote da sua sucessora irá provar: “Bound to obey”. Ana, seguramente, não o era, e o seu mote será “The moost happi”.

O longo processo de divórcio continuava a arrastar-se, mas o rei considerava que o seu casamento não era legal, logo nunca fora casado. Sentia-se, por isso, livre para casar com Ana, que anuncia a sua gravidez (Janeiro de 1533). No dia 25 de Janeiro, antes de amanhecer, Henrique e Ana Bolena casam na capela privada do palácio de Whitehall: “Thus, in a hushed ceremony quite unlike the one she had hoped for, Anne Boleyn became Henry VIII’s second wife” (Weir: 241).

“Quite unlike the one she had hoped”? Starkey dá-nos uma ideia diferente, ao referir que esse casamento – por poucas testemunhas e *glamour* que possa ter tido – se adequava ao prescrito no que constituía uma espécie de Bíblia da realeza: “The Royal Book”: “It [marriage] was just as the Royal Book prescribed. What more natural than to marry Henry as soon as they landed? And ‘privily’- as the Royal Book permitted and the fact that Henry was still married to Catherine required?”(Starkey, 2004: 463).

Starkey avança a tese de que houve duas cerimónias de casamento: a primeira no dia em que desembarcaram em Dover, a 14 de Novembro. A fonte desta informação terá sido o cronista Hall, que relata: “The king after his return married privily the Lady Anne Bulleyn on St Erkenwald’s Day, which marriage was kept so secret, that very few knew of it, till she was great with child, at Easter after” (apud. Starkey: 463). A segunda cerimónia terá sido na data que a maioria dos autores sobre esta época menciona como sendo a do casamento: 25 de Janeiro: “Earlier that day Anne and Henry had been married for a second time. This marriage, like the first, was kept in secret; unlike the first, however, news leaked” (Starkey, 2004: 474).

Os vários biógrafos são unânimes em referir que o rei terá assegurado ao celebrante (provavelmente Rowland Lee) que existia uma licença do Papa para permitir o casamento. Perante a sua hesitação ou incredulidade, Henry ter-lhe-á ordenado que continuasse: “Go forth in God’s name, and do that which appertaineth to you (...) and I will take upon me all other danger” (apud. Starkey: 476).

Ainda na perspectiva de David Starkey, tudo terá sido uma representação cuidadosa por parte de Henrique. A primeira cerimónia / representação teve como objectivo assegurar

¹⁵ Ives afirma: “Throughout their relationship it had been Anne who had stiffened the king’s resolve” (170).

Ana da sua posição. A segunda, assegurar aos súbditos que Roma concordava com este casamento. Por isso, tudo terá sido um jogo que o rei jogou bem, para conseguir o divórcio e enganar todos: Roma, os ingleses e até os aliados franceses.

Para o autor, “Anne was not a woman to surrender without a marriage”, confirmando assim uma representação de Ana com um carácter moral firme. Mas, mais uma vez, essa representação pode ser vista por outra perspectiva, e aquilo que para os olhos de alguns contemporâneos, ou dos historiadores e biógrafos da actualidade, é percebido como princípios morais rígidos, para outros representa apenas calculismo, sentido de oportunidade e ambição, provando assim o que já anteriormente afirmámos, o quão difícil é interpretar as “undermasks”.

Encontramos em Ives também referência ao dia 14 de Novembro, como tendo existido uma cerimónia – talvez de formalização de um noivado, “espousals” *de praesenti*, which, if followed by intercourse, would have been canonically valid” (Ives: 170-1). Na sua opinião, contudo, não terá havido um casamento formal a 14 de Novembro.

2.2- Ana e a construção da Imagem

O contexto espacial e cultural com que Ana contactou em França e nos Países Baixos, contribuíram para a representação de uma Ana que, como dama de honor de Catarina, não obstante não pertencer a uma família influente e, segundo vários autores, não ter grande dote, consegue impor um estilo sofisticado, na corte de Henrique VIII. A sedução, elegância e sofisticação que começam logo a caracterizar Ana – o corpo/ roupas – definem um estilo e até um “discurso” simbólico de elegância e requinte. Na Corte Tudor, Ana parece ter-se distinguido por um “discurso” próprio, que passa por esse “background” que adquiriu no contacto com realidades sociais e culturais diferentes. O “discurso” de Ana teve também a ver com toda uma imagem cuidadosamente construída.

A preocupação de Ana com a imagem e o “glamour”, que alguns historiadores do passado atribuíram simplesmente à “fraqueza feminina”, é agora revista e reconhecida como a construção de uma imagem e de uma mensagem que Ives considera “as integral to the exercise of power in the 16th century as it is in the modern world” (Ives: xiii). Como o biógrafo realça, Ana Bolena (e, mais tarde a sua filha Isabel I), tinham a noção exacta de que “to play the part, one must dress the part” (Ives: 218).

Quais as imagens – representações – que nos chegaram de Ana Bolena? Como se construíram e transmitiram ao longo dos séculos? Ives diz-nos que as primeiras descrições de Ana datam de seis anos depois da representação do Château Vert e são já “coloridas” pela controversa relação entre Ana e Henrique. Como faz questão de lembrar, ninguém conseguia ficar indiferente a Ana Bolena – ou se amava, ou se odiava – e as representações que dela foram feitas oscilam entre os dois pólos:

Anne Boleyn was rather tall of stature, with black hair and an oval face of sallow complexion, as if troubled with jaundice. She had a projecting tooth under the upper lip, and on her right hand, six fingers. There was a large wen under her chin, and therefore, to hide its ugliness, she wore a high dress covering her throat. In this she was followed by the ladies of the court who wore high dress, having been before in the habit of leaving their necks and the upper portion of their persons uncovered. She was handsome to look at, with a pretty mouth. (apud. Ives: 39)

Esta representação, que foi feita pelo Católico Nicholas Sander, nascido em 1527, intriga-nos pela aparente contradição – “sallow, projecting tooth... handsome?”

Também Rivadeneira, na sua *Historia Eclesiástica del Scisma del Reino de Inglaterra*, segue a descrição de Sander: “Era Ana alta de cuerpo, el cabello negro, la cara

larga, el color algo amarillo, como atriciado, entre los dientes de arriba le salia uno que la afeaba; tenía seis dedos en la mano derecha, y una hinchazón como papera” (apud. Quintero: 271). Por outro lado, os retratos de Ana (como o existente na National Portrait Gallery) mostram-na com vestidos decotados e o adorno elegante de um colar de pérolas que não poderia esconder “ a wen (...) ugliness”.

Ives concede, contudo, alguma verdade à existência de um pequeno defeito – “the sixth finger”, baseado na descrição de George Wyatt, que escreveu no final do século XVI:

There was found indeed, upon the side of her nail, upon one of her fingers
some little show of a nail (...). Likewise there were said to be upon some
parts of her body, certain small moles (...). (apud. Ives: 40)

Fraser afirma que Ana não era uma grande beleza. A mulher ideal dessa época era loira, pálida e de olhos azuis, exactamente o oposto de Ana: “In theory, dark looks were regarded with suspicion and Anne Boleyn’s looks were conspicuously dark” (Fraser, 2002: 150). Abundavam na altura loções para clarear a pele e o cabelo, ajudando assim a donzela a aproximar-se do modelo idealizado. Todos os comentadores concordam que Ana era de tez escura – *fuscula* (rather dark) ou *subflavo* (sallow) ou “not so whitely as... above all we may esteem” (*ibidem*). Os olhos eram talvez o seu maior atractivo – tão escuros que quase pareciam pretos e, de acordo com De Carles, biógrafo contemporâneo de Ana,

eyes always most attractive
which she knew well how to use with effect;
(...)
such was their power
that many surrendered to their obedience.
(apud. Ives: 44)

O embaixador Veneziano, Francesco Sanuto, descreve-a da seguinte forma: “Not one of the handsomest women in the world; she is of middling stature, swarthy complexion, long neck, wide mouth, a bosom not much raised and eyes which are black and beautiful”(apud. Fraser, 2002: 151). A boca, larga, foge também aos padrões de beleza da altura e ao olhar para os retratos dela existentes, fica-se com a impressão contrária – a expressão da boca, com os lábios ligeiramente fechados, dá-nos uma imagem simultaneamente provocante e severa.

Várias descrições realçam a elegância do seu pescoço, “ivory neck” (Fraser: 152), e a sua graciosidade, e mesmo fontes ligadas à rainha Catarina, como William Forrest,

mencionam a beleza dos seus movimentos na dança e no canto (atributos importantes numa corte frívola).

Ana era diferente também na maneira de ser, como Fraser realça: impulsiva, de resposta pronta e “língua afiada”, características pouco apreciadas na mulher e que Henrique terá admirado, como foi referido por Fraser, “at the beginning”¹⁶. Esta autora, sempre atenta à questão da mulher, realça a sua determinação e o seu temperamento impulsivo e tempestuoso que a demarcavam do papel estereotipado da mulher da época. Havia algo de corajoso (e imprudente) na forma como Ana construía também a sua imagem, na forma como reagia. A determinação e ousadia de Ana (que a levam a recusar ser amante do rei) afastaram-na das outras mulheres que, na generalidade, não gostavam dela. Onde estavam a passividade e a conformidade que a sociedade exigia à mulher? “The boldness and independence that enchanted the king – for the present – shocked other women as being dangerously far from the accepted norm” (Fraser, 2002: 210).¹⁷

Antonio Guaras, mercador que vivia em Londres, escreveu: “It is a thing to note that the common people always disliked Anne”. Embora vinda de um espanhol e, por isso, parcial em relação a Ana, esta opinião é confirmada pelos vários estudiosos desta época, enfatizando a ideia de que o país desejava a queda de Ana Bolena (“the fall of the Lady”).

Ana representava o que todos recebiam e aparentemente rejeitavam, aquilo a que Cavendish se refere como “pernicious and inordinate carnal love”. Por outras palavras, Ana representava, no imaginário das pessoas, a sexualidade latente e a sedução, tantas vezes atribuídas às bruxas. Ninguém acreditava que Ana não dormisse com o rei e, na perspectiva do século XVI, o amor carnal era a pior base para qualquer união, um elemento perigoso e desestabilizador da ordem social. A base de uma união deveria ser o afecto e o desejo de procriação.

Também Rivadeneira e, mais tarde, Calderón de la Barca, na peça *La cisma de Inglaterra*, realçam a “corporalidade” de Ana. Como filha de Eva, a mulher pertencia ao reino da “inescapable corporeality”, mas ao passo que – compreensivelmente – esses autores espanhóis representam, em relação a Catarina, o corpo como metáfora de castidade e virtuosidade, em Ana Bolena o corpo é metáfora de sexualidade exuberante e transgressora. Quer o cronista, quer o dramaturgo, deixam antever um certo fascínio pela forma como, na

¹⁶ David Starkey, em *The Reign of Henry VIII*, confirma a diferença de Ana em relação às outras mulheres: “Sixteenth-century women were supposed to be silent and demure (...). Anne, on the other hand, was brilliant, talkative and assertive” (Starkey, 2002: 72).

¹⁷ Também David Loades refere, a este propósito: “(...) Her [Anne’s] contemporaries both male and female were outraged or fascinated by her behaviour, and most women came into the former category, having no taste for an emancipation which they could neither have conceived nor utilized” (Loades, 2009: 86).

sua opinião, Ana Bolena irá usar essa sexualidade latente para conseguir os seus objectivos políticos. Na Crónica de Rivadeneira, Ana é representada como aquela mulher cujo destino deveria servir de aviso para o que acontece quando o corpo feminino (“female carnality”) não se subjugava ao controlo patriarcal (Quintero: 271). Há na forma como o Jesuíta representa Ana um excesso de corporalidade e sexualidade, como contraponto à virtuosidade e castidade de Catarina. Esta é retratada como a esposa obediente, que corporiza as virtudes específicas do género feminino – paciência, constância e caridade – ao passo que Ana é representada como “body natural”, representando-se assim a dicotomização das personagens femininas em antítese de bem e mal, negação versus ostentação de sexualidade.

Poderemos concluir que Ana Bolena não era uma beldade, mas tinha charme, personalidade e aquilo a que Weir chama “sex appeal” (152), ideia também realçada por Eric Ives: “she radiated sex” (44). Talvez possamos assim entender o poder dessa mulher sobre os homens¹⁸. Henry, futuro duque de Northumberland, perdera-se de amores por ela, Wyatt seguira-lhe o exemplo, e até um músico da corte, o jovem Smeaton, parece ter sido incapaz de lhe resistir. E o que dizer do poderoso Henrique, cujas cartas mostram a profundidade do seu desejo? “(...) wishing myself (especially of an evening) in my sweet-heart’s arms, whose pretty dugs¹⁹ I trust shortly to kiss” (apud. Denny: 131).

Digamos então que, sem ser bonita, Ana atraía pela sua “linguagem” corporal de elegância, sofisticação e o “polimento continental” que até os inimigos (como Sander) lhe concediam: “She was the model and the mirror of those who were at court, for she was always well dressed and every day made some change in the fashion of her garments” (apud. Ives: 253).

Em relação à forma como Ana foi representada na época, constatamos, mais uma vez, que as motivações de quem a representou determinaram a visão positiva ou negativa. A História é feita de “histórias” e ignora a mulher ou subjugava-a a estereótipos. Como diz Warnicke “the women shine forth in universal stereotypes: the shrew, the whore, the tease, the shy virgin or the blessed mother” (2008: 57). Warnicke acrescenta que muitos escritores continuam a representá-la da mesma forma condenatória que a maioria dos seus contemporâneos, transferindo para Ana a culpa moral da actuação de Henrique.

É interessante verificar que Calderón de La Barca, na sua peça *La Cisma de Inglaterra*, cuja preocupação é a questão religiosa, usa a representação de Ana como veículo teatral para lhe atribuir a responsabilidade da ruptura religiosa, desculpabilizando Henrique. A heresia – que só poderia ser aludida e não directamente mencionada, dada a censura, está

¹⁸ “Anne’s attraction was challenge” (Ives: 145).

¹⁹ breasts

corporizada na figura de Ana, em cuja personagem encontramos uma multiplicidade de discursos que se aplicava à mulher da “Golden Age”. Assim, ao contrário do retrato negativo pintado por Pedro Rivadeneira, em que a natureza pecadora de Ana encontra reflexo nas deformidades apontadas, bem como na forma exuberante e ostensiva de vestir, o dramaturgo respeita a convenção teatral e apresenta Ana como “corona / de quantas belezas dio/ al mundo Naturaleza, / pues a su rara belleza /, outra ninguna igualo” (apud. Quintero: 273). De qualquer forma, a beleza descrita é indicadora de uma sexualidade perigosa: “aquella deidad hermosa y pura, / de los hombres bellísima sirena, / pues aduerme en su encanto los sentidos, / ciega los ojos y abre los oídos” (*ibidem*). Como Quintero realça, este elogio convencional a que se contrapõem os efeitos negativos dessa mesma beleza, corresponde à perspectiva da época: a beleza feminina é moralmente perniciosa. Calderón, ao usar terminologia como “enemiga”, “sol”, llama”, recontextualiza-a e associa-a às forças obscuras da sexualidade, do pecado e mesmo da ameaça da estabilidade, ao convidar à heresia²⁰.

Julgamos elucidativo da subjectividade histórica comparar a representação que os autores espanhóis referidos fazem de Ana, e a representação da mesma rainha pelo cronista John Foxe. Os primeiros realçam o seu corpo não só como sinal de sexualidade mas também como “objecto” transgressor, pois daria à luz Isabel I, que para os católicos espanhóis era uma figura odiada. John Foxe, por seu lado, atribui a Ana as qualidades que Rivadeneira conota com Catarina: modéstia, piedade e dignidade, e procurará reabilitar a imagem de Ana Bolena, realçando a função reprodutiva do seu corpo, agora nesta perspectiva valorizando a sua descendência:

Furthermore, to all other sinister judgements and opinions, whatsoever can be conceived of man against that virtuous queen, I object and oppose again (...) the evident demonstration of God's favour, in maintaining, preserving, and advancing the offspring of her body, the lady Elizabeth, now queen. (apud. Quintero: 277)

Por estes dois exemplos podemos ver que a relação entre o corpo feminino e o poder político era determinado pelo partidarismo ideológico, nacionalista ou religioso, o que nos leva à reflexão de que as nações se apropriam da história para forjar narrativas ideológicas à sua conveniência.

É difícil saber como era afinal Ana. Baseando-se no estudo comparativo de pinturas que a retratam e do anel que Isabel I usava, que ao abrir revelava duas imagens (a sua e a da

²⁰ Cristina Quintero realça a ideia de que Caldéron erotiza o corpo de Ana perante os espectadores através da música, do movimento e da dança. Na opinião de Quintero, o dramaturgo pretendia assim mostrar não só a inconstância e virtude fácil de Ana, mas também a sua duplicidade religiosa

mãe, Ana Bolena), Ives conclui que “she had a long oval face, high cheek-bones, a strong nose and a decided chin” (Ives: 43). Analisada minuciosamente, Ives é de opinião de que a miniatura do anel reflecte a cara retratada nos quadros que se encontram em Hever e na National Portrait Gallery.

Este autor considera como representações reais²¹ de Ana uma medalha que datará de 1534 (onde se encontra inscrito o mote *the moost happi*, Anno 1534), a miniatura do anel que Isabel I usava, o retrato de Hever e da National Portrait Gallery e também uma miniatura atribuída a John Hoskins (do século XVII). O retrato mais conhecido de Ana representa-a com um vestido de veludo preto, um toucado francês ornado a pérolas e um colar, também de pérolas, com um pendente com as iniciais *AB*.

A polémica em relação a uma pintura de Hans Holbein em que aparece com um vestido bem subido no pescoço e retratada de uma forma pouco lisonjeira, mesmo com queixo duplo, tem levantado dúvidas, embora o quadro ostente o título *Anna Bolleyn Queen*. A figura retratada não mostra sinais de beleza, e o queixo duplo sugere um inchaço no pescoço, aspecto que fora referido por uma fonte anónima, relatando a entrada de Ana em Londres em 1533: “une ecruelle la rendoit monstrueuse” (apud. Rowlands and Starkey, 1983: 91). Dado que essa pintura foi identificada por Sir John Cheke como sendo uma representação de Ana Bolena, Rowlands e Starkey subscrevem essa opinião, baseando-se no facto de que Cheke era protegido de William Butts, médico de Henrique VIII e aliado de Ana²².

Sabemos que Ana gostava de jogar às cartas e apreciava uma boa piada. Gostava de caçar e aprendera bem as artes femininas do canto e da dança, para além de ter desenvolvido o gosto pela poesia e pela literatura nas cortes da Borgonha e de França. Weir menciona, com alguma ironia, que nem toda a aprendizagem de Ana na corte Francesa foi positiva. Citando Brantôme: “rarely, or never, did any maid or wife leave that court [French] chaste”, essa autora refere que em 1536 Henrique terá dito ao embaixador espanhol que a corte Francesa corrompera Ana: “she had been corrupted in France” (Weir: 154), ideia que, como vimos, aparece também em Pedro Rivadeneira.

Seja como for, Ana foi cuidadosa na construção da sua própria imagem, quer no dia-a-dia da corte, quer na meticulosa preparação da sua Coroação como rainha.

²¹ Na opinião de Joanna Denny, a campanha de difamação contra Ana levou à destruição deliberada de quadros originais que a retratavam (Denny: 23).

²² Starkey e Rowlands referem que “Cheke’s career was founded on the Boleyn connection (...) so Cheke must have known Ann” (1983:88-92). Ives, contudo, não parece confiar nessa identificação (Ives: 41).

2.3- Ana: a Coroação

On Saturday 31st May, wearing a surcoat of white cloth of tissue and a matching mantle furred with ermine, with her hair loose beneath a coif and circlet set with precious stones Anne rode in a litter of white cloth of gold drawn by two palfreys caparisoned in white damask through the City of London to Westminster. (Weir, 2007: 249)

As cerimónias da Coroação de Ana duraram quatro dias (de 29 de Maio a 1 de Junho de 1533), e Londres não olhou a despesas para honrar a nova rainha. No primeiro dia, Ana foi escoltada pelo rio até à Torre de Londres. No segundo, houve representações alegóricas e rituais da corte. No terceiro, teve lugar uma procissão até Westminster. O último dia seria o da Coroação e as festividades encerraram com um banquete em Westminster Hall.

Ana tinha consciência e sabia servir-se daquilo a que podemos chamar a política da ostentação. O culto da monarquia, com a exploração de elementos como a Bíblia, a arte de cavalaria, a arte e a linguagem do humanismo (algo inovador em 1533)²³, foram bem combinados para realçar o papel de Ana como rainha consorte, insistindo no simbolismo divino da sua nova condição real.

A imagem de Ana-Rainha é assim cuidadosamente construída (também) nas várias cerimónias, não só pela ostentação e riqueza das roupagens da nobreza e, sobretudo de Ana (indicando poder, triunfo político e estatuto), mas essencialmente pela cuidadosa “montagem” de um cenário altamente simbólico, divinizando a figura da rainha e realçando o seu direito à realeza, através das mensagens de cada cenário.

Mais uma vez verificamos a influência do espaço social e cultural em que Ana passou a sua formação inicial a influenciar os seus gostos e decisões: “The distinctive clacissism of Anne Boleyn’s entry in 1533 should almost be traced to her time in France” (Ives: 229). Os quadros alegóricos preparados dividiam-se em religiosos e clássicos, misturando os dois aspectos, “with the recurring humanist motif that Anne was the harbinger of a New Age” (*idem*: 227).

Toda a representação que se desenrolou nas ruas de Londres estava imbuída de um significado intrínseco, uma linguagem que implicava uma desconstrução simbólica. A

²³ Todos os autores consultados descrevem as cerimónias como imponentes, seguindo os preceitos do “Royal Book”, se bem que houvesse aspectos diferentes, como a tónica nos quadros alegóricos clássicos e também a declamação de poemas em francês.

iconografia e o simbolismo eram uma forma de comunicação comum na realeza europeia. Sem se pretender aqui uma exploração exaustiva, julgamos pertinente referir alguns exemplos dessa simbologia iconográfica.

A fórmula estabelecida na Europa Ocidental de que a primeira entrada de uma rainha consorte na capital deveria reflectir “A Ascensão da Virgem Maria” é seguida à risca. Também Santa Ana aparece representada, numa alusão à rainha, e exprimindo o desejo de que Ana – visivelmente grávida – conseguisse rivalizar com o sucesso maternal da sua padroeira.

Os símbolos e alusões sucederam-se: “The tree stump on the hill began to pour a mass of red and white roses (...). A white falcon (...) settled on the flowers (...). An angel descended (...) and placed an imperial crown on the falcon’s head (...) and children declaimed:

Honour and grace be to our Queen Anne,
For whose cause an Angel Celestial
Descendeth, the falcon (as white as [the] swan)
To crown with a diadem imperial!
In her honour rejoice we all,
For it cometh from God, and not of man
Honour and grace be to our Queen Anne. (apud. Ives: 221)

O tronco de árvore – secular símbolo real – simbolizava o direito de Henrique como herdeiro dos Plantagenetas. O falcão branco pertencia à heráldica dos Ormonde, que a família de Ana adoptara. As rosas representavam o rei, símbolo da união das duas famílias das linhas de Lencastre e de Iorque. A coroa no falcão de Ana tinha uma forte carga simbólica, numa alusão não só à coroa, mas ao facto de ser imperial, numa clara rejeição, por parte de Henrique VIII, do poder papal²⁴. O falcão segurava o ceptro real, não só como símbolo da realeza, mas como símbolo da autoridade dada directamente por Deus. Este significado era particularmente importante, numa Inglaterra recentemente separada da Igreja de Roma. O simbolismo desse quadro aludia também à descida do Anjo (muitas vezes representado como uma pomba branca), anunciando à Virgem Maria que iria conceber o Filho de Deus. A pomba branca é substituída pelo falcão branco de Ana que desce em direcção ao tronco (= Henrique), numa afirmação de que o filho esperado seria um presente divino. Neste quadro – *The Leaden Hall Tableau* – as analogias criadas (Ana Bolena – Santa Ana – Virgem Maria) investiam a rainha de uma identidade sagrada.

²⁴ Henrique tinha assumido os poderes de um imperador, rejeitando a autoridade papal. Segundo Ives, a coroa imperial “was used long before the Act of Appeals, but much emphasized subsequently” (Ives: 398).

Ives realça a influência de outro espaço social, cultural e geográfico. Segundo este autor, na entrada da rainha Claude em Paris em 1527, que Ana presenciou, teria também sido usado o mesmo tipo de imagens: uma pomba mecânica (Espírito Santo) descende para coroar a rainha (Ives: 223).

Muitos outros quadros simbólicos se seguiram, nomeadamente de Musas representando as diferentes virtudes e realçando, mais uma vez, o papel de Ana Bolena como (futura) mãe, sobretudo de filhos varões. A gravidez da rainha era, nesta altura, o seu grande mérito, como promessa de uma família Tudoriana fortalecida.

A interpretação de um quadro alegórico desenhado por Hans Holbein tem gerado polémica, pois a presença de uma águia-real foi lida por Chapuys como um insulto dos mercadores de Hanse, uma vez que, na sua interpretação, a águia imperial constituía uma referência a Carlos V, perspectiva essa que reflecte a visão parcial do embaixador espanhol, que descreveu toda a cerimónia como “ [a] cold, meagre and uncomfortable thing” (Ives: 226). Ainda em relação ao quadro referido – conhecido como *Gracechurch Street Tableau* – Apolo saúda Ana como a inspiradora de uma Idade de Ouro²⁵.

A iconografia e o simbolismo foram sabiamente utilizados para glorificar Ana-rainha, e serão mais tarde bem explorados pela filha, Isabel I, para construir a grandeza da sua imagem como “Gloriana”. Afinal, como Ives realça, “Gloriana was (...) as assiduous a follower of the European cult of majesty as her mother had been (Ives: 230).

Como em todas as representações históricas que rodeiam Ana Bolena, as descrições desses dias de glória da rainha variam consoante as motivações. *A Cronica del Rey Enrico* transmite, obviamente, a mesma ideia de Chapuys, ao referir que Ana se teria queixado ao rei de que o povo nas ruas fora pouco efusivo e acolhedor. Weir secunda essa perspectiva, referindo que embora houvesse uma multidão de espectadores, a recepção à nova rainha foi fria – “they came to stare, not to cheer” – e as iniciais “H A” foram usadas como gargalhadas (HA! HA!), num evidente desrespeito pela simbologia pretendida (Weir: 250).

Hostis ou simplesmente curiosos, o facto é que não podemos ignorar a importância de todo o cerimonial, bem como a ostentação e o luxo – quer no “cenário”, quer nas personagens envolvidas – que era sinónimo evidente de poder. As roupas e jóias de Ana, particularmente ricas²⁶, tinham um significado simbólico e retórico em toda a representação

²⁵ A este propósito Fraser considera como *leitmotif* de toda a cerimónia a ideia de uma Idade do Ouro, centrada na figura de Ana-mãe: “Queen Anne when thou shalt bear a new son of the king’s blood, there shall be a golden world into thy people” (Fraser, 2002 : 239)

²⁶ Os autores consultados descrevem a sumptuosidade das roupas de Ana e de todos os acompanhantes: “(...) her dress of crimson brocade was incrustated with precious stones (...) round her neck she wore ‘a string of pearls larger than chick peas’ and a large jewel ‘made up of diamonds of evidently great value’” (apud. Fraser: 237). “Behind her [Anne], came England’s highest ranking peeresses (...)” (Starkey: 495).

– o esplendor feminino usado para reforçar um triunfo político. Na perspectiva de Rivadeneira, contudo, essa “actuação” de feminilidade, luxo e poder falham, na medida em que não há, por parte do público, nem reconhecimento nem admiração.

A coroação, em Westminster Abbey constituiu o culminar da observância da tradição: “It was Cranmer who (...) anointed her [Anne]. The elite of the land had taken Anne as Queen in the sight of God” (Ives: 179). As metáforas e os símbolos foram sabiamente explorados para a construção e fortalecimento da imagem de Ana-rainha. Como Shakespeare mais tarde escreveu:

Not all the water in the rough rude sea
Can wash the balm from an anointed king.²⁷
(Richard II, Act 3, scene 2, l.54)

A mística da monarquia pertencia a Ana e só a morte a poderia retirar...

Segundo A. F. Pollard, “Anne’s place in English history is due solely to the less refined part of Henry’s nature; she was pre-eminent neither in beauty nor in intellect, and her virtue was not of a character to command or deserve the respect of her own or subsequent ages”. Esta representação de Ana, que a vê apenas como a “tentadora”, é, na nossa perspectiva, demasiado redutora e condenatória, ignorando por completo a dimensão pública da acção de Ana Bolena em vários domínios – político, religioso e artístico.

Foi afinal Ana quem determinou tantas mudanças profundas no seu país. Foi o seu empenho pessoal que formou os alicerces da Inglaterra Protestante. O seu papel parece-nos assim ter ido muito para além da mera “obsessão” de um rei, e concepção de um filho tão desejado.

Ana envolveu-se pessoalmente na política do reino, motivando profundas alterações e empenhando-se na destruição de inimigos, como Thomas Wolsey. Aprofundou também conhecimentos na área da teologia e promoveu a arte renascentista, como explica Ives:

She [Anne] was the most influential and important queen consort this country has ever had. (...) Anne deserves to be a feminist icon, a woman in a society which was, above all else, male-dominated, who broke through the glass-ceiling by sheer character and initiative. Anne was also sharp, assertive, calculating, vindictive, a power dresser and a power player. (Ives: XV)

²⁷ Esta ideia de “anointed King/Queen” era tão importante que o próprio Thomas More, apesar de se opor à política religiosa do seu Rei e de apoiar a rainha Catarina, aceitou o casamento de Henrique com Ana, explicando: “I would never murmur at it or dispute upon it (...) as this noble woman was royally anointed Queen (apud. Fraser: 234).

Atentando nesta descrição de Ana e no papel que desempenhou (nas várias “undermasks”), talvez possamos perceber a persistência de Henrique VIII, no que ficou conhecido como “The King’s Secret Matter”.

2.4-“Our Matter”

Terá sido por volta de Maio de 1527 que o rei decidiu que o seu casamento de vinte anos com Catarina de Aragão era um pecado e, como tal, inválido. “Our Matter”, como Henrique VIII eufemisticamente designaria o divórcio, nas cartas de amor a Ana, tinha começado. Starkey compara o rei e Ana a Macbeth e Lady Macbeth, tendo Ana, como aquela última, tomado a iniciativa em muitas das questões do divórcio²⁸, transformando Ana Bolena “into one of the makers of history”. (Starkey, 2004: 286). Este biógrafo considera que Ana foi o motivo pelo qual Henrique VIII procurou a anulação do casamento, baseando essa sua opinião no facto de o rei ter prometido casamento a Ana no início do Ano Novo de 1527, e de ter dado os primeiros passos no sentido da anulação a 17 de Maio. Reginald Pole, primo de Henrique VIII, afirmou que não foi a consciência do rei, mas o seu desejo, que o levou a questionar a validade do casamento, acrescentando que foi Ana Bolena e não Henrique quem pensou na argumentação a favor do divórcio.

Ives propõe uma sequência diferente, mudando assim a representação de uma Ana Bolena calculista, demonstrando um oportunismo frio para obter os seus fins. Na sua perspectiva, só em Abril de 1527 é que o rei fez a primeira consulta sobre a validade do seu casamento; na Páscoa do mesmo ano pressionou Ana para que esta se tornasse sua amante e só em Junho de 1527 terá dado a conhecer a Ana os seus planos para a anulação do casamento. No Verão de 1527 terão concordado em casar.

Talvez ainda mais do que o desejo por Ana, o grande catalisador tenha sido a falta de descendência masculina de Henrique, cujo direito à coroa de Inglaterra, se bem analisado, estaria aberto à contestação. Afinal, depois de Bosworth, havia trinta pretendentes à coroa, muitos deles com mais direito do que os Tudors²⁹. O casamento de Artur (irmão mais velho de Henrique) com Catarina de Aragão constituíra uma forte aliança para a Inglaterra. Esse casamento viria a durar apenas cinco meses, devido à morte de Artur, e viria agora a gerar muita polémica sobre a sua consumação.

Henrique casa com Catarina, sua ex-cunhada, em 1509, depois de esperarem aproximadamente seis anos pela dispensa papal necessária a alianças entre familiares. Na coroação de Catarina como rainha, Thomas More fizera a sua apologia, predizendo: “and she

²⁸ “She [Anne] was the bolder of the pair, the more radical (...) and the more principled” (Starkey: 286).

²⁹ Denny afirma, a esse propósito: “In Europe the Tudors were seen as usurpers” (Denny: 72).

[Catherine] will be the mother of kings as great as her ancestors” (Fraser, 2002: 75). Neste aspecto, porém, Thomas More enganou-se, e Catarina, depois de várias concepções que terminaram em aborto ou morte precoce da criança, deu à luz Maria, nascida em 1516, e que iria um dia governar. A rainha aproximava-se dos quarenta anos, enquanto Henrique, com trinta anos, estava no seu apogeu.

Henrique tivera um filho da amante Elizabeth Blount, o que numa época em que se atribuía a culpa sempre à mulher, sobretudo na questão – tão importante numa sociedade dominada pelo masculino – do sexo das crianças, lhe dera a “certeza” de que a culpa seria de Catarina. Estaria o seu casamento amaldiçoado? Estariam ele e a sua rainha a pecar? Nesta lógica, Henrique considerava que tinha apenas de descobrir a razão para não ter descendência masculina. E encontrou, como já vimos, uma resposta na Bíblia, no Leviticus, que proibia as relações sexuais com a mulher de um irmão. O que o rei vai procurar não é o divórcio no sentido actual da palavra, mas uma declaração de que esse casamento era inválido. Na prática, Henrique nunca teria estado casado e Catarina continuaria a ser a viúva de Artur – “Princess Dowager of Wales”. O divórcio era relativamente fácil de obter no século XVI. O repúdio da esposa³⁰ era uma ocorrência quase comum. Tudo servia de pretexto: uma afinidade familiar mesmo remota e convenientemente descoberta, a existência de um pré-contrato até aí “ignorado”, uma dispensa que se obtivera e agora era tida como ambígua, serviam para o nobre terminar um casamento quando tal lhe era conveniente: “If the nobles (...) needed to get rid of them [wives] for financial or philoprogenitive reasons they (...) had to discover some flaw in the original marriage contract” (apud. Fraser, 2002: 164).

No caso de Henrique VIII o divórcio teria sido um processo simples e rápido, não fosse por um lado Catarina tia do poderoso imperador Carlos V e, por outro, não fossem as protagonistas dessa questão duas mulheres diferentes, determinadas e de vontade férrea. Ana é jovem e sedutora, Catarina “thick of body and dull of appearance” (Ives: 83). A primeira representava a promessa de dar ao rei o que ele mais pretendia, o filho que sucedesse na linha Tudoriana.

A “consciência”³¹ do rei ditava-lhe que tudo fizesse para resolver “Our Great Matter”. Como foi referido, qualquer referência às dúvidas de Henrique sobre a validade do seu

³⁰ Antonia Fraser faz notar que a mesma facilidade se aplicava à mulher, desde que fosse influente e rica. (Fraser: 165).

³¹ Ver, a propósito, o romance histórico de Jean Plaidy, *Murder Most Royal*, onde a autora realça o egoísmo e crueldade do rei, que agia sob a capa da “consciência”: “This huge man [Henry] cared nothing for her [Catherine], little for her daughter; he only cared that he should get what he wanted, and that the world should think (...) he did it not for his own, but for duty’s sake” (Plaidy, 1977: 142).

casamento só surge depois da sua paixão por Ana ser conhecida. O Cardeal Wolsey, por exigência de Henrique e na sua qualidade de legado papal constituiu uma comissão de inquérito ao casamento do rei – *inquisitio ex officio*. Como Cardeal e necessariamente apoiante da autoridade papal, Wolsey concentrou-se na questão da dispensa que fora emitida em 1503, pelo então papa Julius II. É interessante reflectir que o que se procurava era, afinal, contestar a autoridade temporal do Papa e o dogma da infalibilidade papal. Como alternativa, e porque o actual papa não podia agir, visto estar refém do Imperador, procurou-se que os Bispos Ingleses considerassem a anulação do casamento, mas John Fisher opôs-se veementemente.

Tal como Wolsey, Catarina apercebeu-se da importância da dispensa de 1503 – se fosse encontrada alguma falha, estaria aberto caminho para a anulação. E a palavra *forsitan* (talvez), em relação à consumação do primeiro casamento de Catarina (que esta sempre negou), poderia abrir um campo de possibilidades.

O Verão de 1527 conjugou vários factores desfavoráveis a Ana e Henrique: más colheitas, chuva contínua, a fome e a “sweating sickness” (febre epidémica) grassam numa Londres insalubre, um aglomerado de casas encostadas, sem condições³², sujas e pobres. Henrique envia Sir William Knight a Roma para obter uma dispensa para um segundo casamento, cobrindo várias hipóteses, como a existência de um pré-contrato entre Ana e Percy, e também permitindo o casamento, não obstante Henrique ter sido amante da irmã de Ana – “a dispensation (...) ‘from the first degree of affinity arising from whatever licit or illicit intercourse” (Fraser: 175). A espera, porém, revelar-se-ia longa.

Em Fevereiro de 1528 procura-se obter permissão papal para julgar o caso em Inglaterra. Wolsey, embora inimigo de Ana, escreve ao Papa rasgando-lhe os maiores elogios relativamente à sua castidade, honestidade, humildade, sabedoria, bem como à aparente aptidão para procriar. O conteúdo dessa carta mostra bem o que já referimos sobre a hipocrisia e jogos de interesse da corte (idem: 176).

O ano de 1528 viu Ana Bolena emergir das sombras, demonstrando ser algo mais do que uma figura graciosa, no interesse genuíno que começou a manifestar pelo movimento da Reforma que se começava a fazer sentir no Continente, admirando Lutero (sem contudo se tornar Luterana) e apoiando a forte contestação à corrupção do clero. Henrique era “a natural Catholic”³³, ao passo que Ana seria Protestante. Essa designação não era utilizada na época, preferindo-se os termos “reformers” ou “evangelists” (Fraser:176). Devemos encarar esta

³² Erasmo refere “the dirty habit of spreading rushes over the floors (...) to catch food scraps, (...) and bones should be abandoned” (apud. Denny: 116).

³³ A ideia de que Henrique VIII queria afinal, “um catolicismo sem Papa”, tem vindo a ser discutida e reexaminada pela historiografia recente. Sobre o assunto, ver Alarcão, 2008, nota 2: 151.

disposição mental de Ana (“disposition of mind”) numa Londres onde predominavam evangélicos ou reformistas, desagradados com a corrupção da Igreja. Ana lia muitos tratados religiosos, alguns considerados mesmo hereges, que mandava vir de França, como *A Supplication of the Beggars*, um livro anti-clerical da autoria de Simon Fish. A história reza que Ana terá colocado *The Obedience of a Christian Man*, de William Tyndale, à vista do rei, tendo mesmo marcado determinadas passagens. Esta obra, tal como a de Fish, atacava o poder papal, subjugando-o ao do governante secular, defendendo que todos, incluindo o clero, devem obediência ao rei, ideia que tanto irá agradar a Henrique VIII.

Nesta altura, vários biógrafos se referem à formação de facções – “In the Privy Chamber the patterns of faction followed naturally (...). First there were the minister’s [Wolsey’s] supporters (...) then his old court opponents (...) and third the rising star of Anne Boleyn (...) the strongest of the factions [Bryan, George Boleyn, Brereton, and Norris]”³⁴.

Voltando à questão do divórcio, o rei escreve *A Glasse of the Truth*, argumentando a favor da invalidade do casamento com Catarina. O Papa Clemente VII nomeia Wolsey e o Cardeal Campeggio co-inquisidores na questão do divórcio. Campeggio chega a Inglaterra a 7 de Outubro de 1528 e Henrique pede a Ana que se retire para Hever, por uma questão de discrição

A população de Londres apoia a sua rainha Catarina, que é visitada por Campeggio, numa tentativa conciliatória de resolver o problema do rei – anulação do casamento – propondo a Catarina que se retirasse para um convento, proposta veementemente recusada. Catarina, bem pelo contrário, assegurou ao Cardeal que não existia qualquer motivo para a anulação, garantindo-lhe que o casamento com Artur não fora consumado e se entregara a Henrique *intacta e incorrupta de lui comme venne dal ventre di sua madre* (apud. Fraser, 2002: 183). Catarina irá revelar-se possuidora de uma vontade férrea e de um carácter determinado, inflexível nos seus valores e certezas³⁵. Os ingleses tinham, na sua rainha, o exemplo de piedade e caridade que tanto admiravam, contrastando com “the (bad) younger woman” que roubara o marido à rainha virtuosa.

As mulheres, sobretudo, viam estes dois exemplos como padrões universais que se poderiam aplicar a qualquer mulher de qualquer estrato social: a jovem “desavergonhada”

³⁴ Starkey, 2002: 79-80.

³⁵ Parece-nos interessante a afirmação de Starkey de que esse carácter firme de Catarina ditou muito dos acontecimentos: “ (...) the awful truth remains that The Reformation and all it entailed, was her work as much as Henry’s and Anne’s” (Starkey, 2004: 547).

que rouba o marido à esposa mais velha, menos atraente mas fiel³⁶. Essa animosidade levava o rei a declarar publicamente: “If it be judged that the queen is my lawful wife, nothing will be more pleasant (...) to me (...). So that if I were to marry again, I would choose her against all women” (apud. Weir: 195). Henrique, embora raras vezes visitando a rainha, fazia questão de ser visto em público com ela, colocando a máscara do marido que sofre por ter de se afastar da esposa, quer por motivos de “consciência”, quer por “imposição” legal.

A hipocrisia não se limitava ao rei, revelando-se também na corte, na medida em que os cortesãos abandonam o lado mais fraco (Catarina) e apoiam agora o lado mais forte (Ana Bolena.). O povo, contudo, continuava a ver Ana não só como prostituta e adúltera, mas como a herege que sucumbira à sedução enganadora de Martinho Lutero.

O ano de 1529 não registou grandes progressos no divórcio, enquanto se preparava o julgamento – “The Great Hearing”. A 30 de Maio o rei autoriza a abertura do caso (o “seu” julgamento) em Blackfriars. Depois do discurso de Catarina, onde afirmou, corajosamente, ser a única e verdadeira esposa do rei – “By me ye have had divers children, although it hath pleaseth God to call them from this world” (apud. Fraser, 2002: 198) –, o rei mais uma vez referiu que todo este julgamento não se devia a “any carnal concupiscence or mislike of the Queen’s person or age”, o que, vindo de alguém que concordara em casar com outra mulher a quem escrevia cartas apaixonadas, nos parece de uma enorme hipocrisia.

O julgamento arrastou-se, com nobres a testemunhar sobre a consumação ou não do primeiro casamento de Catarina, sem se chegar a qualquer conclusão. Entretanto, o Tratado de Barcelona aproxima o Papa e o imperador (cuja filha bastarda casara com o sobrinho do papa), afastando ainda mais a resolução do tão desejado divórcio. O veredicto favorável que Henrique esperava não aconteceu. Campeggio declarou que o caso não poderia ser decidido sem consultar a Cúria em Roma, anunciando o adiamento do julgamento, ao que o duque de Suffolk, cunhado do rei, terá reagido com indignação: “By the mass, it was never merry in England whilst we had cardinals amongst us!” (apud. Weir: 204).

Wolsey aceita esta decisão de Campeggio, o que irá ditar a sua “queda”. Depois de meses de argumentação teológica, de argumentação legal e de discussão de detalhes íntimos da vida de Catarina e Artur, nada se resolvera a favor do poderoso Henrique VIII e da sua amada, Ana Bolena. E Ana não iria esquecer essa humilhação.

Entretanto, chegara à corte o novo embaixador Espanhol, Eustace Chapuys. Advogado, poliglota, Chapuys era o representante perfeito de um império multi-nacional e multi-linguístico como era o império de Carlos V. Inimigo acérrimo de Ana Bolena, defensor

³⁶ Du Bellay, embaixador Francês refere, a esse propósito: “The people remain quite hardened [against Anne] and I think they would do more if they had the power” (apud. Fraser, 2002: 190).

irredutível de Catarina e da sua filha Mary, Chapuys irá registar todos os acontecimentos na corte, constituindo uma fonte importante para os biógrafos de Ana e os estudiosos dessa época, se bem que o seu ódio a Ana Bolena torne os seus escritos parciais, tirando-lhes a objectividade e, conseqüentemente, alguma fiabilidade:

(...) He [Chapuys] was (...) savage about Anne Boleyn. No word was too coarse for her; no motive too low; no action too immoral. She was *la putaine*; a vengeful harpy, who harried her opponents from the court; a murderess (...) who would not stop at poison to rid herself of her rival Catherine, and, above all, a heretic (...). The most dangerous enemy of the faith in England. (Starkey, 2004: 359)

David Starkey refere que esse ódio, por vezes, parece ser esquecido por breves instantes, quando o embaixador deixa ler nas suas palavras o fascínio que Ana lhe causa, a sua admiração (nunca assumida) pela coragem dessa mulher que odiava. A dúvida de muitos historiadores em relação ao retrato que Chapuys traça de Ana – entre a luz e a sombra – tem a ver com a fiabilidade. Muitos têm repudiado essa fonte, o que, na perspectiva de Starkey é errado, pois considera que Chapuys, não obstante alguma parcialidade, era cuidadoso em relação às fontes que utilizava³⁷.

Os dois grandes problemas a resolver eram o divórcio real e a continuação (ou não) de Wolsey. As facções dividem-se: os “wolsianos” defendiam o divórcio e a continuação de Wolsey. Os “aragoneses” (apoiantes de Catarina) opunham-se a ambos e os “bolena” apoiavam o primeiro mas opunham-se ao segundo.

O Cardeal Wolsey, até então todo-poderoso ministro de Henrique VIII, incapaz de resolver o que o seu rei lhe ordenara, cai agora em desgraça, grandemente devido às intrigas da facção dos Bolena e ao poder de Ana. Procurando apaziguá-la, Wolsey oferece-lhe York House, que irá ser para Ana “Whitehall”.

A Paz (Tratado de Cambrai) entre o imperador e França ditam o fim de Wolsey, que esperava ainda uma dissolução papal. Wolsey – “naked to my enemies” (Ives: 118) – irá ser acusado de “*praemunire*”³⁸ e substituído por Thomas Cromwell³⁹, que com ele trabalhara.

³⁷ “Chapuys, despite his evident bias, was careful about his sources (...). Where this happens, he is to be believed. Elsewhere, (...) I’ve given him the benefit of doubt” (Starkey: 360). Antonia Fraser concorda com Starkey (Fraser: 205), bem como Ives (56-7).

³⁸ Depois do fiasco de Blackfriars, isto é, o tribunal aí reunido não ter decidido a favor do divórcio, Wolsey fica numa situação perigosa, perdendo as boas graças do rei. Os seus inimigos acusam-no de *praemunire*, “the offence of introducing an illegal foreign authority into England, (...) acting on the alien authority of the Pope” (Ives: 118).

³⁹ Starkey considera-o “the first modern bureaucrat-minister” (Starkey, 2002: 82). Churchill caracteriza-o da seguinte forma: “Ruthless, cynical, Machiavellian, Cromwell was a man of the New Age” (apud. Lee, 1997: 167).

Um outro Thomas seria relevante para a questão do divórcio com as várias alterações que trouxe ao país. Esse homem, Thomas Cranmer, desempenhou um papel decisivo na resolução do “Great Matter”. Cranmer, um membro do clero que se formara em Cambridge, avança a teoria de que o caso do rei deveria ser considerado e julgado pelos estudiosos de teologia, nas universidades, ou seja, adianta a ideia – revolucionária – de que se os académicos nas universidades fossem de opinião de que o casamento era inválido, então só seria necessário oficializar essa opinião, sendo a do Papa irrelevante. Esta via, imediatamente aceite pelo rei, marca uma nova fase, visto que Henrique VIII, que se sentia desiludido com o poder e actuação Papal, e politicamente isolado do resto da Europa, começa agora a considerar a possibilidade da separação da Igreja Inglesa da de Roma. Mas é só agora que a ideia da separação se coloca. O que começara como um objectivo matrimonial transforma-se, gradualmente, numa revolução política e teológica e, argumentam alguns historiadores, mesmo social⁴⁰.

Ana Bolena continua, entretanto, à espera da resolução de “Our Great Matter”, criando na relação com o rei momentos tempestuosos, aplacados por parte do rei com prendas: “As the (...) years went by, Anne became increasingly difficult to deal with” (Weir: 211).

Os passos dados, contudo, foram significativos e revolucionários. Em 1529 tem lugar o “Reformation Parliament” que se limita a “aprovar” a condenação de Wolsey⁴¹, que irá posteriormente ser substituído no seu cargo de “Chancellor” por Thomas More. Em Janeiro de 1531 deu-se a “Convocation of the Clergy”, o que significava que se preparavam reformas eclesiásticas eminentes. O Rei inclina-se claramente para medidas mais drásticas, como o corte com Roma. Em Fevereiro (1531) exige ser reconhecido como “sole protector and supreme head”, tornando-se Chefe Supremo da Igreja Inglesa – “as far as the law of Christ allows”. Com a aceitação do corte com Roma, é dado um passo revolucionário. A Igreja Inglesa deixa de reconhecer o poder do papa (agora apelidado “Bishop of Rome”), cortando assim com a subjugação política, religiosa e económica a Roma. Henrique VIII passa a ser o Supremo Chefe na Terra, concentrando em si o poder espiritual e temporal.

A reacção de Catarina é necessariamente diferente da de Ana Bolena. Enquanto a primeira receia pela sua segurança, Ana fica radiante: “as if she had actually gained paradise” (apud. Weir 222). Entretanto, continua a reforma, através da promulgação de

⁴⁰ Elton considera que não foi uma revolução social, porque não houve ascensão da burguesia, visto que os bens e terras dos mosteiros serão adquiridos pela aristocracia terratenente.

⁴¹ Wolsey é afastado da corte, mas mantém ainda, durante algum tempo, os favores reais, até ser acusado de traição. Segundo os vários autores, Ana contribuiu grandemente para a queda do Cardeal. Weir refere mesmo: “Anne was incessantly crying after the king for Wolsey’s blood” (Weir: 217).

diferentes leis. Os Ingleses tinham sempre manifestado ressentimento em relação ao pagamento feito a Roma, conhecido como “Peter’s Pence”. Já no século XIV Wycliffe e os Lollards tinham exposto e criticado a riqueza e corrupção do clero. Agora, numa época mais esclarecida, as críticas a essa riqueza e à licenciosidade aumentavam. Em 1532 o Parlamento aprova *The Act in Restraint of Annates*, que reduz para 5% os impostos clericais a enviar para Roma. E o Parlamento “avisa” Roma de que todo o pagamento cessará se o Papa não invalidar o casamento com Catarina. Segue-se “The Supplication Against the Ordinaries”, uma listagem de queixas contra a actuação da Igreja – por exemplo a necessidade de pagar impostos eclesiásticos, ou a utilização, por parte do clero, da ameaça de excomunhão.

Esta retirada de privilégios, determinando que a legislação relativa ao clero dependesse agora da aprovação do governante (impondo assim o poder secular ao eclesiástico), não foi bem aceite, mas em breve a Convocação do clero submete-se-lhe. A morte de Warham e subsequente nomeação de Cranmer para o lugar de Arcebispo da Cantuária irão abrir o caminho para a resolução do divórcio.

O Rei e Ana prosseguiam uma campanha de charme, visitando – no “Royal Progress” – os nobres mais importantes do reino, no sentido de os fazer aceitar a futura rainha. Essa campanha de charme é também feita em relação ao embaixador Francês, Jean du Bellay. Aproximava-se a já referida viagem a França e procurava-se preparar o terreno para Ana ser aceite pela corte Francesa. Afinal, o povo em Inglaterra podia repudiar Ana, representá-la como a tentadora imoral, mas em França Ana “reinou” durante alguns dias.

“Our Great Matter” não irá terminar com o casamento. A 23 de Maio Cranmer determina, em Dunstable que o casamento de Henrique e Catarina é inválido. O rei – ocupado nos preparativos da coroação de Ana – não está presente no tribunal, e Catarina, profundamente magoada⁴² por todos os acontecimentos, exilada da corte, recusa-se a comparecer. O veredicto de Cranmer será invalidado pelo Papa, que ameaça o rei com o peso da excomunhão.

Um conjunto de leis será aprovado pelo Parlamento: em 1533 o *Act in Restraint of Appeals* proclama o novo estado imperial do Rei⁴³, pois toda a jurisdição Inglesa (secular e religiosa) passará a ser do domínio do rei. *O Act of Supremacy* (1534) declara Henrique VIII Chefe Supremo da Igreja de Inglaterra. *O Act of Succession*⁴⁴ constitui o primeiro de uma

⁴² “She [Catherine] was (...) a woman prepared to defend a principle to the death (...). She was the King’s true wife” (Fraser, 2002: 241).

⁴³ “(...) this realm of England is an empire” (Fraser, 2002: 231)

⁴⁴ “The sucession was to be fixed in Henry’s male heirs by Anne (...) and in default of such male issue, the sucession was to pass to Elizabeth” (Starkey: 521).

série de instrumentos para o estabelecimento da ordem de sucessão ao trono. O seu preâmbulo denuncia a jurisdição papal como “usurpação do poder imperial de Henrique”.

Thomas More⁴⁵, John Fisher e os cartusianos irão ser julgados por negarem a supremacia do rei em relação ao poder espiritual (da Igreja), e invocando o *Treason Act* (1534), que considerava alta traição a não aceitação da supremacia real, são executados e, no caso dos cartusianos, barbaramente tratados. Starkey afirma que Ana terá rejubilado com a morte dos que considerava seus inimigos. Ana aparece assim representada como uma espécie de “Salomé a exigir a cabeça do (novo) santo” (Ives: 8)⁴⁶. A representação de uma Ana vingativa, cruel e caprichosa é também dada por Weir e Ives. Weir cita Chapuys: “When the Lady wants anything, there is no one who dares contradict her, not even the King”. Ana está grávida e Henrique procura satisfazer todos os seus caprichos. (Weir: 281).

Parece-nos notório que enquanto Weir tem, ao referir a provável actuação de Ana nesta questão, um tom profundamente assertivo na sua condenação – “she considered justice had been done and remained unmoved” (idem) – Ives adopta um tom menos peremptório: “she was assumed to be encouraging her husband’s brutality” (Ives: 201, meus itálicos), deixando a dúvida no ar.

Seja como for, a impopularidade de Ana aumenta, dados todos os acontecimentos – aumento de impostos, corte com Roma, perseguições e execuções, e o rumor insistente de que Ana quer a morte de Catarina e de Maria:

She is incessantly crying after the king (...) that he does not act with prudence in suffering the Queen and the Princess to live, who deserved death more than all those who have been executed. (apud. Starkey, 2004: 524)

A opinião popular culpa Ana da tentativa de envenenamento do bispo Fisher e considera que a vida da rainha Catarina e de Maria Tudor está em risco.

A visão que os Evangélicos e Reformadores têm de Ana é completamente diferente da dos Católicos. Para estes, “no name was too bad for her” (*ibidem*), ao passo que para aqueles “Anne was a protector and a patron in the present and a beacon of hope for the future” (apud. Starkey, 2004: 525). Embora haja mais Católicos, o número de Protestantes aumenta e estes ocupam os cargos mais estratégicos⁴⁷.

⁴⁵ More recusa-se a aceitar o *Oath of Supremacy*, mesmo quando avisado de que recusar seria fatal: (...) Master More, it is perilous striving with princes for (...) *Indignatio principis mors es*” (Plaidy, 1968: 253). Bindoff refere a mesma ideia (Bindoff, 1981: 104).

⁴⁶ Warnicke, contudo, faz notar que Chapuys não acusa Ana da morte de More (Warnicke: 162).

⁴⁷ “(...) they had masterful preachers and the control of the printing presses. They commanded (...) the levers of power and patronage” (Starkey, 2004: 525).

2.5 - Ana e a Reforma

“... After marriage followed, in theory, the total self-abnegation of the woman,” afirmava o filósofo espanhol Vives, acrescentando: “ (...) the powerful voice of nature demands from women observance and submissiveness” (apud. Fraser, 2002: 3). Atendendo nessas palavras, compreende-se a afirmação de Ives de que a História é essencialmente masculina – os que a fazem e escrevem são protagonistas masculinos e, por isso, na sua opinião, pouco se sabe sobre o papel da rainha consorte em Inglaterra. Conhece-se o seu papel de adorno ao lado do rei em cerimónias públicas, o seu êxito (ou não) como mãe, mas sabe-se muito pouco sobre a sua função como rainha de direito (“in her own right”).

Assim, o papel de Ana-rainha aparece muitas vezes “escondido” atrás do rei poderoso. A partir de 1533, o casamento de Ana resolve (ou, pelo menos pacífica) algumas das questões que fizeram dela protagonista da História, no seu papel de catalisadora de acontecimentos que deram um novo rumo a Inglaterra. A sua influência junto do rei, contudo, mantém-se, como prova uma petição ao rei, em 1535, que a descreve como “the name to be a mediatrix betwixt your grace and high justice” (apud. Ives: 205).

Ana desempenhou um papel activo na Reforma e foi mesmo um elemento-chave. Ana “empurrou” Henrique no sentido de se tornar Chefe da Igreja⁴⁸, o que, como Thomas More percebeu, teve implicações profundas a todos os níveis – afinal, os domínios histórico-político e teológico-doutrinário complementam-se e influenciam-se mutuamente.

A importância da segunda mulher de Henrique VIII pode ter sido breve – Ana ficou na história como “Ana dos Mil Dias” – mas a sua influência e apoio à Reforma são evidentes, por exemplo na nomeação que faz de académicos “who favoured the purer doctrine of the gospel” (apud. Ives: 261) para bispos como Cranmer, Latimer, Nicolas Shaxton e John Skip. Mesmo no fim da Reforma, os bispos continuam a ser aqueles que Ana tinha nomeado e apadrinhado. Para além dos nomes já referidos, outros há como Master Denny, Doctor Butts e o irmão.

A convicção absoluta que dava força a Ana era o conhecimento e o papel central da Bíblia, daí que, se for necessário rotular a religião que professava, chamemos-lhe

⁴⁸ Contudo, a ruptura com Roma teve antecedentes medievais, como Miguel Alarcão defende: “a ruptura Henriquina dá continuidade à tradição medieval de divergências, querelas e confrontos entre Londres e Roma (...)” (Alarcão, 2008:144).

evangélica⁴⁹, do *evangelion*, que significa “the gospel” (Ives: 268). Ana chegou mesmo a apoiar o comércio ilegal de Bíblias na versão Inglesa, visto que defendia que a Bíblia deveria ser lida “in the vernacular” (Weir:109)⁵⁰. Reconhecer o lugar que a Rainha dava à Bíblia é colocá-la na esfera do humanismo cristão. Para Erasmo, o grande humanista cristão, a Bíblia era indispensável para a vida.

Ana mostra que é diferente da maioria das mulheres do século XVI no gosto e afinco com que não só lia e estudava as Escrituras, mas também as debatia, geralmente no reino da masculinidade, isto é, com o irmão Jorge Bolena, com o Rei e convidados reais. A frivolidade de algumas representações de Ana não parece compatibilizar-se com esta representação de uma mulher preocupada em entender e discutir aspectos teológicos. Será erro dos olhos de quem vê ou apenas uma outra máscara que Ana colocava? Afinal, também Isabel I irá conciliar a seriedade dos assuntos da governação com gostos mais superficiais como os jogos do amor cortês, a dança ou a frivolidade.

Uma das preocupações dos humanistas cristãos era a responsabilidade que sentiam perante os mais desfavorecidos e Ana parece ter seguido esse princípio de ajudar os pobres. Baseando-se em Latymer, Ives diz-nos “He [Latymer] tells of Anne (...) giving orders for the relief of the deserving poor – needy and impotent householders with large families” (Ives: 284). Ainda segundo a mesma fonte, a rainha e as suas damas dedicavam muito do seu tempo a costurar roupa para distribuir aos pobres. Weir refere também esse lado de Ana – “Anne gave alms to the poor (...). She provided for widows and (...) many needy families (...) and garments she had sewn” (Weir: 280)⁵¹ – que contudo desvaloriza, atribuindo-lhe um carácter calculista, isto é, na perspectiva de Alison Weir, Ana limitou-se a construir um papel, neste caso uma imagem de entrega aos outros e de bondade: “As she grew older, Anne consciously cultivated a new image for herself. That of godly matron” (*ibidem*). Paradoxalmente, a mesma autora contraria essa ideia ao referir que as obras de caridade de Ana eram inúmeras, mas pouco publicitadas (“little publicised during her lifetime”) (*ibidem*). Talvez estas (aparentes) contradições nos mostrem como é difícil entender o outro por baixo da(s) máscara(s).

Parece-nos de realçar que as representações de Ana enquanto rainha, o seu comportamento, o “tom” que determinava na corte e que era seguido pelos galantes e damas

⁴⁹ Bernard discorda, referindo que o comportamento de Ana, na Torre, “ (...) suggests a very traditional faith, (...) non-evangelical” (Bernard, 1993: 18).

⁵⁰ Alarcão refere, no ensaio referido, que os *lollards* tinham defendido muitos dos princípios que irão definir a Reforma: a condenação da riqueza da igreja, a contestação dos tribunais eclesiásticos, a defesa da superioridade do poder secular e a defesa da leitura da Bíblia em Inglês (Alarcão: 2008).

⁵¹ Todos os autores consultados salientam a preocupação da Rainha Ana Bolena com os pobres. George Wyatt chega a calcular que Ana despendia anualmente cerca de £1, 500 (Denny: 260).

da corte não são – também nesse domínio – consensuais. Basta comparar alguns relatos de olhares extremos, talvez porque as motivações também o fossem.

Fox elogia o ambiente de devoção e propriedade de conduta nos aposentos da rainha⁵²: “There were to be no pampered pleasures or licentious liberties (...) but virtuous demeanor and godly conversation, at least in Anne’s presence” (apud. Bernard, 1993: 3). Weir, por seu lado, relata que numa das visitas de Margaret More à Torre onde o pai se encontrava preso, à espera de “julgamento”, Margaret contou que a rainha continuava frívola e que a corte se preocupava apenas com “sporting and dancing” (Weir: 277). Também Starkey concorda com essa visão, uma vez que afirma: “Life (...) was not all Bibles, sermons and politics. There was dancing, singing and poetry. Above all there was love”⁵³. Dados os acontecimentos posteriores, seria interessante entender que tipo de amor era este: o amor cortês, de juras apaixonadas e olhares encantados, de suspiros platônicos, baladas, versos e prendas trocadas? Ou a licenciosidade mais tarde invocada por alguns? Como o autor citado realça, a própria história de Ana era um exemplo de que não seguir as regras da virtuosidade poderia afinal compensar⁵⁴.

Na sua qualidade de rainha, Ana acompanha frequentemente Henrique nas várias “Royal Progressions”. Segundo Starkey, os reformadores têm apoio sobretudo em Londres e no “West Country”, neste último caso remontando ao movimento de pré-reforma conhecido como Lollardy. Era nessa zona que Hugh Latimer, grande defensor de Ana e das ideias reformistas, tinha a sua paróquia e pregava, causando o que o clero conservador considerava “much hurt among the people by his... preaching and someth errors” (apud. Starkey, 2004: 525). Muitos apoiantes da Reforma vivem nessa zona, como Richard Tracy (Membro do Parlamento) e Sir Edward Baynton.

A visita real em 1535 reveste-se de particular importância, porque enquanto a corte e o rei caçam e se divertem, o processo de dissolução dos mosteiros irá começar. Cromwell acompanha a digressão real, mas fica hospedado na Abadia de Winchcombe. A partir daí irá dar início à inspeção (“visits”) dos mosteiros, e o passo seguinte é o ataque às cerimónias religiosas em si: os rituais, as vestes, as imagens, o silêncio imposto em algumas ordens, o

⁵² Esta perspectiva é a seguida na série *The Tudors*, em que Ana diz às suas damas e aos criados: “You will all be honourable, discreet (...). You will present a godly spectacle to others, attend mass daily and display a virtuous demeanour” (Disk 1, Season 2, episode 4). A mesma ideia é defendida por Denny (210).

⁵³ Bernard refere comentários que Ana Bolena fez quando aguardava julgamento na Torre, que provavam que tinha tido “at least a good deal of flirtatious talk with friends not chosen for their religious zeal” (“Anne Boleyn’s religion” 1993:4).

⁵⁴ “She [Anne] was the most successful poacher of her age (...). Her life story was a testament to the fact that, while virtue may be its own reward, vice really pays” (Starkey, 2004: 565).

jejum, os cânticos e, sobretudo, as relíquias que chamam peregrinos de todas as partes do reino e que uma atenta análise denunciaria como falsas.

Os relatórios dos agentes de Cromwell enviados como “visitors” às casas religiosas contribuem para as medidas tomadas: a imposição severa das regras de celibato e castidade (abundam os relatos de licenciosidade, corrupção e laxismo), e a simplicidade na alimentação, vestuário e estilo de vida.

Starkey considera que em todo esse processo, Ana coadjuvou o ministro. A dissolução teve portanto o envolvimento e aprovação de Ana Bolena: “...he [Cromwell] did so [Dissolution of the Monasteries] with Anne’s eager, high-profile involvement” (Starkey, 2004: 527). Em breve, contudo, essa aliança iria quebrar-se e, segundo Ives, o motivo será a legislação que determina a confiscação dos bens dos conventos e mosteiros (Dissolution Bill). A rainha concordara com a reforma das instituições religiosas, e que os seus bens deveriam ser usados para melhores fins (“better uses”). Mas o diferendo com Cromwell está exactamente nessa interpretação de “melhores fins”. Para o ministro, que melhor fim do que encher os cofres reais, tornando o seu rei ainda mais poderoso? Para Ana e muitos outros, os mosteiros deveriam ser transformados em locais de estudo e aprendizagem: “places of study and good letters” (Ives: 310). Para Cromwell, as propriedades eclesiásticas deveriam ser vendidas – sobretudo à nobreza terratenente, como já foi referido.

Voltaremos a esta questão porque ela será a base de uma das várias teorias que procuram explicar a (rápida) queda de Ana Bolena. Talvez Ana estivesse, como dirá Henrique a Jane Seymour, “meddling too much in state affairs” (Weir: 358). Essa frase do rei mostra bem a delimitação rígida dos papéis masculino e feminino e o quão diluído se esperava que fosse o papel da rainha consorte. O seu papel, esse sim de relevância, seria o de Mãe, sobretudo de filhos varões.

2.6 – Um herdeiro para o Rei

By daily proof you shall me find
To be to you both loving and Kind

Ana escreveu estes versos no *Book of Hours of the Blessed Virgin*⁵⁵, e Henrique responde que se Ana o recordar nas suas orações,

I will never be forgotten because
I am yours forever, King Henry (Fraser: 244).

A palavra “forever” soa sempre a eternidade e, sem dúvida, neste caso, provou ser particularmente irónica. Mas nesta altura o rei está completamente apaixonado – por um ideal, a promessa de uma donzela que corporiza a realização do seu sonho de descendência masculina. A função essencial da Rainha é procriar e se não conseguir levar a cabo a única função que a sociedade dela exige, o seu papel anula-se. Henrique é considerado “a fleshy man, fond of women, a sexual predator” (apud. Ives: 189). O dever de Ana será então facilmente realizado. Ou não?

A História – na tal masculinidade já referida – atribuiu sempre à mulher o insucesso da concepção, quando essa situação se observou, mas Ives, olhando para os vários casamentos⁵⁶ e ligações amorosas de Henrique, conclui que apenas quatro mulheres (incluindo as amantes Elizabeth Blount e Maria Bolena) conceberam. O facto de Ana casar já tarde, segundo os parâmetros da época, poderá ter sido um factor negativo. De qualquer forma, no julgamento de Jorge Bolena, em 1536, foi-lhe perguntado se Ana se teria queixado da incapacidade sexual do rei – “le roy n’estoit habile en cas de soyer copuler (...) et qu’il n’avoit ne vertu ne puissance”⁵⁷ (apud. Ives: 191) o que parece confirmar a hipótese de que o problema poderia estar em Henrique e não nas suas mulheres.

Em 1533 Ana está grávida. O “príncipe” é anunciado por astrólogos, físicos e adivinhos e Henrique acredita – quase misticamente – na chegada de um filho varão. Carlos V e Francisco I eram governantes poderosos e com vários filhos – Henrique não poderia ficar atrás! Enquanto Ana espera o nascimento do filho, Henrique terá tido uma ligação

⁵⁵ Ives refere que Ana escreve a mensagem de amor por baixo da ilustração do anjo que anuncia à Virgem que dará à luz um filho. Henrique escreve por baixo da imagem “of the bloodstained Man of Sorrows” (Ives: 7).

⁵⁶ Ives refere-se a esse problema como “the private physiological hell of the childless Tudor wife” (190)

⁵⁷ “neither skill nor virility” (Fraser: 271).

amorosa e, perante a reacção negativa de Ana, o rei ordena-lhe que feche os olhos, como outras antes dela fizeram. Afinal, o papel da mulher é obedecer e submeter-se à vontade masculina: “she must shut her eyes, and endure as her betters had done” (Starkey, 2004: 508). Para além disso, a sociedade aceita como natural que o marido tenha uma ligação extra-conjugal enquanto a mulher está grávida.

Os vários biógrafos fazem notar que o casamento modifica os papéis: Ana não é mais o “prémio” sedutor, misterioso e tentador. Henrique é agora o “dono”, Ana tem de mostrar obediência e submissão: “While previously Henry had found Anne’s independence of spirit and intellectual bantering highly attractive, now the hunt was over those very attributes suddenly became liabilities” (Denny: 204). O rei espera que a sua mulher lhe obedeça inquestionavelmente e Ana é demasiado inteligente e espirituosa para assumir um papel de negação da sua personalidade. Mas por ora, Henrique ainda está apaixonado e confiante: “The Lady would bear a son” (Starkey, 2004: 507).

Podemos facilmente imaginar a expectativa e angústia de Ana quando, seguindo a tradição, se despede do mundo masculino para, num universo agora comandado pelo feminino, se submeter ao ritual do “lying in”, a reclusão em aposentos fechados, a que só tinham acesso as suas damas. Essa reclusão continuaria até sensivelmente quarenta dias depois do parto, pois a mulher só poderia voltar ao convívio social depois de ter sido “churched in”, uma espécie de purificação de um estado impuro (Warnicke: 168)⁵⁸.

Por Ana, pela promessa da tal “Idade de Ouro” que iniciaria, Henrique tinha afrontado muitos. Agora, Ana sente que não pode falhar: “It must be a boy (...). It must, it must be” (Lofts: 216). Mas em vez do príncipe, a 7 de Setembro de 1533, nasce Isabel. Altera-se o documento oficial que anuncia ao mundo a vinda do príncipe, (acrescentando um s a ‘prince’), suspendem-se as justas planeadas e escolhe-se um nome com peso simbólico.

Na opinião de Chapuys, o nascimento de uma filha era sinal evidente de que Deus abandonara Henrique e condenara a sua união. Os Católicos rejubilam com a humilhação do rei e da sua “Concubina”. Quanto ao rei e a Ana, pouco sabemos dos seus sentimentos, mas imaginamos – tanto mais que sabemos o que o futuro trará – a decepção de ambos e a dúvida a instalar-se no rei. Ives, contudo, considera que o nascimento de Isabel não foi “the crushing psychological blow⁵⁹ that some have supposed” (Ives:184). Afinal, outros filhos viriam certamente, embora nesse momento a posição de Ana estivesse fragilizada – um filho teria significado a segurança. Ana não tinha a protecção de uma família poderosa, podia

⁵⁸ Ives chama-lhe “curious custom, part religious, part medical, part feminine mystery (184).

⁵⁹ Starkey considera que “The baby’s gender was a heavy blow” (Starkey, 2004: 508), ao passo que Weir vai de encontro à opinião de Ives: “(...) by God’s Grace, boys will follow” (Weir: 258).

contar apenas com ela própria⁶⁰, e o nascimento de uma filha deixou-a exposta aos muitos inimigos que tinha na corte.

A um de Outubro Henrique reforça o estatuto da sua herdeira, declarando Maria (agora com dezassete anos) ilegítima. A Princesa Maria deixaria de poder usar esse título. Podemos imaginar a humilhação e sofrimento que a filha de Catarina de Aragão e Henrique VIII terá sentido, ao ver-se tratada dessa forma, tanto mais que irá ser enviada para Hatfield, como dama de honor da sua irmã, a Princesa Isabel⁶¹ a quem Chapuys se refere como “a Bastarda”.

Chapuys relata, a propósito, que Ana substituiu as damas que tratavam de Maria por pessoas da sua confiança, para agirem como espias. Ana terá também procurado afastar Henrique da filha Maria, com quem, nas palavras do embaixador, irá travar uma guerra sem tréguas. Fraser escolhe mesmo a palavra “obsessão”: “Anne Boleyn’s neurotic obsession with Princess Mary” (249).

Esta imagem profundamente negativa de Ana – uma Ana vingativa e determinada a destruir os inimigos (Catarina e Maria) – é secundada por vários autores. Starkey refere que, tal como na questão do “Great Matter”, é Ana quem está por trás dos ataques a Catarina e à sua filha. E essa inimizade feroz entre mulheres⁶² irá ter repercussões na História de Inglaterra, no ódio religioso e na violência que causou durante séculos.

A resistência de Maria – negando-se a aceitar o *Succession Act* (que declara a validade do casamento de Henrique e Ana Bolena, e conseqüentemente a legitimidade dos seus filhos), irá, por um lado, fazer concentrar nela a esperança de todos os descontentes, e por outro, abalar o relacionamento entre o rei e Ana, que se pode caracterizar como instável e tempestuoso: “In the relationship between Henry and his second wife, storm followed sunshine, sunshine followed storm” (Ives:196). A resistência de Maria torna-a ainda mais popular aos olhos do povo, para quem não era o rei que mostrava crueldade para com a filha, antes era “the harpy [Anne] who had her claws in him” (Ives:197).

É interessante verificar que Eric Ives, nesta questão do relacionamento de Ana e Maria, embora considerando que Ana não foi leal no seu tratamento em relação à filha de Catarina, procura contudo entender o seu ponto de vista. Para Ana, a obstinação da enteada era um insulto, uma negação da sua própria identidade, integridade e representação. Se o

⁶⁰ “Anne was that Tudor rarity, the self-made woman. She was where she was by virtue of her own abilities (...) not by virtue of wealth or family” (Ives: 196).

⁶¹ “Mary’s household was dissolved and she herself placed in the household of the infant Elizabeth, to whom she was officially inferior” (Fraser, 2002: 247)

⁶² “The female (...) is more deadly than the male”, dirá Starkey a propósito dessa inimizade (Starkey, 2004: 516).

casamento de Catarina fosse válido – como Maria mantinha – então ela, Ana, era apenas uma prostituta, e ao manter a recusa em aceitar Ana como rainha, Maria estava a proclamar bem alto uma situação de imoralidade e fraqueza que Ana Bolena não podia aceitar. Em relação ao mesmo assunto, Alison Weir representa uma Ana implacável, que tudo vai fazer para separar Henrique da filha. Weir usa mesmo a expressão “perseguição” – she [Anne] began her *persecution*⁶³ (...)” (260; itálico meu) – para mostrar esse carácter cruel da rainha. Por outro lado, a dureza e intransigência para com Maria (Weir chama-lhe “Mary’s trials”) fazia apenas aumentar a sua impopularidade e o número de inimigos. A voz popular considerava a rainha responsável pelas várias leis que eram promulgadas e pelo afastamento de Maria, que viria a revelar-se, como a sua mãe, uma lutadora determinada.

Os problemas que Ana enfrentava – o filho varão que não tivera, a sua situação consequentemente mais enfraquecida, a popularidade de Catarina, a resistência de Maria, a sua própria impopularidade a que não eram estranhos os vários rumores que circulavam sobre uma rainha que, rezava a lenda, iria ser decapitada ou queimada, eram agravados pela situação política, pela contínua ambiguidade de relações entre França e Inglaterra, com a eterna ameaça imperial a fazer balançar as alianças estratégicas e a posição de Ana, assumidamente pró-francesa. Não admira por isso que vários biógrafos refiram que a rainha começa a ter um aspecto cansado, um rosto prematuramente envelhecido – “worn out by exertion and anxiety”⁶⁴.

Neste clima de instabilidade, Ana engravida novamente mas algo corre mal, pois nada mais se soube sobre o que aconteceu – provavelmente um aborto⁶⁵. Nada se sabe sobre o sexo da criança, o que leva os biógrafos a concluir tratar-se de outra rapariga. Com esta perda, a situação de Ana torna-se mais vulnerável, tanto mais que o rei continua a ser infiel. Talvez Chapuys tivesse razão ao escrever, nos seus relatórios, “the King was tired to satiety of her [Anne]” (Weir: 272).

Em Março (1534) o Papa considera o casamento de Henrique e Catarina válido e ameaça o rei com a excomunhão, caso não abandone Ana. Henrique, abalado mas

⁶³ Denny, por sua vez, tem uma perspectiva diferente e culpabiliza sobretudo Henrique por um tratamento cruel para com a filha Mary: “Although Mary blamed her [Anne] for every setback in her life, she later discovered it was the king himself (...) humiliating and ignoring her (Denny: 205)

⁶⁴ (Fraser, 2002: 269.); “Anne was aging visibly” (Weir : 274)

⁶⁵ “Chapuys noted, in February 1534 that Henry was quite happy that he would have a son this time” (Ives:191). Fraser (270) rejeita a teoria, avançada por alguns, de se tratar de uma gravidez “fantasma” (“phantom pregnancy”), tanto mais que vários autores se referem à gravidez de Ana Bolena: Weir (271); Denny (227). Warnicke refere também a teoria da “pseudocyesis”, mas não lhe dá grande credibilidade (173-5).

inexorável, responde ao embaixador que o Papa já não tem qualquer autoridade sobre Inglaterra. A França aceita o veredicto do Papa, o que é visto pelo ingleses como traição.

A influência de Ana sobre o rei parece agora diminuir o que, na visão sempre hostil de Chapuys, “has already abated (...) her [Anne’s] insolence” (*ibidem*). O facto de a irmã estar grávida – de uma relação considerada “mésalliance” – terá certamente causado ainda mais angústia a uma rainha que falha naquilo que a sociedade considera ser o seu primeiro dever – dar a Inglaterra o herdeiro tão desejado. Por esta altura, Henrique terá já várias ligações, encorajadas pelos inimigos de Ana e apoiantes de Maria.

No regresso a Londres, depois do “Summer Progress” que levaria o rei e a corte até Winchcombe, a comitiva real hospeda-se em Wulfhall⁶⁶, a casa ancestral dos Seymour, família que, à semelhança dos Bolena, melhorara a sua posição social e aumentara a sua riqueza através de alianças matrimoniais bem conseguidas. Jane Seymour, dama de honor de Ana, contrastava profundamente com a rainha, desde a palidez extrema, ao temperamento dócil (“Bound to obey”, será o seu futuro mote), corporizando o ideal de submissão (“self-effacement”) feminino. Segundo os vários biógrafos, Henrique “notara” já a dama e manifestara-lhe o seu interesse.

Entretanto, Ana está novamente grávida, mas terrivelmente consciente de que não pode mais falhar, visto que a sua posição é cada vez mais instável. Nora Lofts imagina um diálogo (241-2) entre o duque de Norfolk e o rei, em que este procura os conselhos do duque sobre os meios a que poderia recorrer para se “libertar” desse casamento, ao que Norfolk desaconselha qualquer procedimento que implique os argumentos (anteriormente utilizados) de “consanguinidade” ou “pré-contrato”. Também nesse diálogo, Henrique atribui a Jane todas as boas qualidades⁶⁷. Tratando-se de um diálogo ficcional, a verdade é que todos os biógrafos estudados apontam para o facto de o rei estar desapontado com o seu casamento, visto que Ana falhou no que respeita à sua principal “obrigação”.

Catarina de Aragão morre a 7 de Janeiro de 1536, e tanto Henrique como Ana revelam, nas palavras de Chapuys, total insensibilidade, escolhendo trajes amarelos e rejubilando com a notícia. David Starkey refere, a esse propósito: “Henry was rejuvenated. The woman who had clung on to him (...) was dead. The future was his. But with whom?” (550).

Ana estava confiante – Catarina morrera e se agora nascesse um príncipe, o futuro seria risonho e a ameaça de Maria e dos seus apoiantes desapareceria. Mas durante os

⁶⁶ “(...) romantic speculation has Henry and Jane meeting and falling in love in a rural idyll (...) but there is not contemporary evidence” (Starkey, 2004: 554).

⁶⁷ “Jane was the sweetest, dearest, most innocent little maiden (...) completely without ambition”. (Lofts: 243).

preparativos para as justas, a 24 de Janeiro, Henrique sofre uma queda que o deixa inconsciente. Alguns dias depois (29 de Janeiro), quando se realiza o enterro de Catarina, Ana Bolena aborta, segundo ela, como resultado do choque de ter sabido do acidente do rei de uma forma abrupta⁶⁸. Chapuys relata que “the child had the appearance of a male about three and a half months”. Ainda segundo essa fonte, terá havido uma discussão entre Ana e o rei e este ter-lhe-á dito, num tom ameaçador que “he would have no more boys by *her*” (Fraser, 2002: 286). Segundo os Exeter (inimigos de Ana), o rei teria comentado que Deus lhe estava a negar um filho e que tinha sido enfeitado por Ana Bolena, “seduced and forced into this second marriage by means of sortileges and charms” (*ibidem*). Estaria Henrique a preparar o caminho para afastar Ana? No mínimo, estas palavras parecem negar a sua responsabilidade em todo o processo de repudiar a sua primeira mulher.

Muito se tem falado sobre este aborto de Ana Bolena, e seja qual for a sua leitura, todos os estudiosos são unânimes em reconhecer que a vulnerabilidade de Ana aumentou⁶⁹. Contudo, Ives discorda de outras opiniões que consideram que “She [Anne] had miscarried of her saviour” (cit. Ives: 298), reconhecendo embora o que considera ter sido um duro golpe psicológico que afectou Henrique e o deixou mais susceptível às influências dos inimigos de Ana, que viam em Jane uma forma de afastar a rainha. Maria, agora sem mãe, era uma inimiga ainda mais forte, visto que bastava Henrique considerar que a sua filha mais velha tinha sido concebida de boa fé – *bona fide parentum* – como de resto era verdade, para que a lei a reconhecesse filha legítima, relegando Isabel para segundo plano.

A situação de Ana Bolena parece-nos, vista embora à distância de cinco séculos, extremamente instável e perigosa. O facto de o seu casamento se basear numa relação de amor / paixão, numa relação muito pessoal, que fugia aos cânones da época (“arranged marriages”), deixava os sentimentos de Ana mais expostos, o que, na opinião de Ives, a tornou menos “tolerante” em relação aos “flirts” do marido. Como esse autor questiona, “The highly personal basis of Anne’s marriage explains why she could not ignore the affair with Jane, but it does not explain how a royal flirt in 1536 was in a position, four months later to supplant a queen” (Ives: 303). O caso surpreende mais se partilharmos a opinião de que o aborto não traçou o destino de Ana⁷⁰. Afinal, segundo alguns historiadores, já depois

⁶⁸ Atribuiu-se também o aborto ao facto de Ana ter encontrado Jane Seymour ao colo do rei (Weir:303).

⁶⁹ Bindoff afirma, a este propósito: “Nothing now stood between Henry and a third, and indisputable marriage with the young woman of his latest choice but the life of a queen whose magic had fled” (Bindoff, 1981: 108).

⁷⁰ Como será desenvolvido mais à frente, Warnicke considera que esse aborto (e particularmente a sua natureza), terá causado o fim de Ana, teoria (“the deformed foetus story”) que Ives repudia: “In history evidence matters, not invention” (Ives: 297). Também Fraser afasta essa teoria, referindo que De Carles, na sua biografia escrita em 1536, menciona “a fine son” born “before term” (Fraser: 285). A série *The Tudors* (The Complete Second Season, disc 3, episode 8) segue a perspectiva de Warnicke.

de Ana abortar, o rei procurou ainda o reconhecimento da sua rainha, nomeadamente pelo embaixador imperial, Chapuys. Com efeito, se Henrique queria livrar-se de Ana, parece estranha a sua actuação no dia 18 de Abril, enfurecendo-se⁷¹ com as condições impostas pelo Imperador Carlos V para uma aliança com Inglaterra. Essas condições passavam pelo reconhecimento, por parte de Henrique, da legitimidade da princesa Maria e, conseqüentemente, a aceitação da não validade do casamento com Ana. Ao recusar tais termos, o rei continua a pugnar por Ana. Nesse mesmo dia, Henrique “convida” Chapuys a cumprimentar a rainha, facto que o embaixador conseguira sempre evitar (Ives: 314-5; Starkey, 2004: 560)

Antes de procurarmos entender – num espaço histórico, social e cultural que dista quase quinhentos anos – como é que uma relação tempestuosa, mas certamente íntima e pessoal, se transforma em ódio, é interessante verificar que em várias obras consultadas, Jane Seymour aparece retratada a uma luz pouco favorável⁷². Jane terá tido pouco a dizer em todo o processo, pois a família – sobretudo o ambicioso irmão, Edward Seymour – e os inimigos de Ana usaram-na como meio para atingir um fim, o afastamento de Ana Bolena. Jane corporizava o ideal masculino da mulher do século XVI “calm, quiet, soft-spoken and profoundly submissive”, a antítese de Ana, “too demanding, too mercurial and tempestuous” (Starkey: 585). Como Ives criticamente acentua, “Anne was no man’s creature, Jane was a willing tool whose personality is more than kind to describe as ‘pliable’” (Ives: 305).

Agnes Strickland, historiadora vitoriana, é extremamente crítica em relação a Jane Seymour, não obstante as qualidades de modéstia e virtude atribuídas à futura rainha, considerando que a sua imagem a preparar o casamento enquanto Ana aguardava a execução, “is repulsive enough, but it becomes tenfold more abhorrent when the woman who caused the whole tragedy is loaded with panegyric” (*ibidem*).

Lindsey refere que a figura que emerge de Jane Seymour é desprovida de ser (*self*), acrescentando que ela é a “Branca de Neve” em relação à bruxa má (Ana), corporizando as qualidades que Andrea Dworkin descreve em *Woman Hating*:

⁷¹ De acordo com Starkey, o rei enfureceu-se não só com Chapuys, mas com Cromwell, o que terá levado este a decidir que Ana constituía agora um perigo para si: “It was, Cromwell later told Chapuys, the moment he decided Anne had to go. He would never again accept such a rebuff on foreign policy; it was either her or him” (Starkey, 2004: 561).

⁷² Starkey refere, a propósito: “Anne might talk of killing Catherine; the gentle Jane went further and was an accessory-after-the-fact to the judicial murder of her predecessor” (Starkey: 591).

For a woman to be good, she must be dead, or as close to it as possible...
Cinderella, Sleeping Beauty, Snow-white, Rapunzel – are all characterized by passivity, beauty, innocence and victimization .They are archetypal good women. They never think, act, initiate, confront, resist, challenge, feel, care or question... First they are objects of malice, and then they are objects of romantic adoration. They warrant neither. (apud. Lindsey, 119)

Ana, pelo menos, com todos os seus defeitos, parece-nos uma personagem bem mais real...

3. O Final / “Finale”

As máscaras de Ana Bolena mantiveram-se até ao fim – de que outra forma poderíamos entender versões tão diversas da sua personalidade e história? No final, as várias personas entrecruzam-se, para nos deixarem na dúvida – culpada de crimes como o incesto, ou apenas vítima de manobras palacianas?⁷³ Não é nossa intenção – nem seria possível – encontrar a verdade histórica, mas antes procurar analisar as várias representações de uma mulher de personalidade multifacetada, cuja máscara / máscaras tornam difícil a sua leitura.

“The trial of the Queen Anne Boleyn was a cynical operation intended to have only one result: her death”, afirma Fraser (301). Inocente (“She was certainly not guilt”) – esta opinião é partilhada pelos biógrafos e autores consultados, como Fraser, Ives, Warnicke e Starkey⁷⁴. Já Bernard discorda: “What we have is the likelihood that Anne and at least some of her friends were guilty of the charges brought against them” (Bernard, 1991: 609).

O que provocou a sua queda? O que leva um homem a mover céu e terra para ter uma mulher, para três anos depois a mandar executar? As respostas a esta pergunta têm sido da mais variada índole, desde a teoria da conspiração e intriga entre facções da corte, à tese de que terá havido manobras diplomáticas, divergências teológicas e mesmo a acusações de bruxaria...

Como Ives argumenta, se Ana Bolena era culpada dos crimes que lhe foram atribuídos, então temos a resposta à pergunta formulada. Se era inocente, Henrique, Cromwell e outras figuras proeminentes planearam e levaram a cabo um assassinio calculado, bem como aquilo que Ives considera ser “a deliberate culling of the king’s intimate attendants” (Ives, 1972: 170). Este autor considera que, a par do interesse do rei por Jane Seymour, que entretanto fora bem ensinada pela família e apoiantes de Mary a resistir a Henrique (mostrando a sua modéstia e, ironicamente, seguindo o exemplo de Ana, mantendo a castidade), outros factores concorreram para acelerar o fim de Ana Bolena. A questão da Dissolução dos Mosteiros irá abalar fortemente o relacionamento entre Ana e o ministro Cromwell. A rainha, como já foi referido, discordava da forma como os bens dos conventos estavam a ser utilizados, para proveito da coroa e – provavelmente – de Cromwell e de

⁷³“A witch? A whore? A potential murderess?” (Fraser: 300).

⁷⁴ Warnicke acusa Weir de parcialidade contra Ana, mas na nossa leitura, no que concerne à sua culpabilidade, Weir é também de opinião de que “She was innocent of the charges” (Weir: 316).

alguns privilegiados. Assim, Ana terá usado John Skip⁷⁵ e Hugh Latimer para, nos seus sermões, criticarem a maneira como a Dissolução estava a ser levada a cabo. Esta oposição clara à política de Cromwell⁷⁶ levou a um afastamento entre Ana e o ministro, agravado, segundo esta teoria, por diferenças no entendimento da política externa a seguir. Cromwell seria a favor de uma aliança com o imperador Carlos V, o que necessariamente implicaria a inclusão de Maria na sucessão e o apoio de Inglaterra na guerra que se previa contra França. Ana era pró-francesa e, para além do mais, não aceitaria facilmente uma mudança de estatuto de Maria, que via como inimiga e rival de Isabel no trono de Inglaterra. De acordo com esta perspectiva, Cromwell terá deliberadamente planeado a queda de Ana, usando as armas de que dispunha, a intriga e Jane Seymour: “Ambition as well as self-preservation (...) argued that he [Cromwell] might be better off if the queen was out of the way, and that option, in the person of Jane Seymour, now appeared a realistic possibility for the first time since Anne’s marriage” (Ives: 316).

O imperador Carlos V desejava a paz, de forma a manter os laços comerciais entre o Império e Inglaterra, e Henrique sabia que o afastamento de Ana iria facilitar essa aliança. Jane Seymour torna-se o centro das atenções não só de Henrique, mas também dos inimigos de Ana e da facção de Chapuys, sendo instruída para, através da virtude, modéstia e castidade manter aceso o interesse do rei e afastar Ana definitivamente⁷⁷. “By the middle of April, Anne Boleyn had become a major threat for Thomas Cromwell (...) who set out to plan the removal of Anne Boleyn” (Ives: 315-17). Weir refere, a esse propósito: “Henry VIII made up his mind to rid himself of Anne Boleyn sometime in February 1536 (...). Henry was anxious to secure Charles’s friendship. Anne was a bar to this, and would have to go” (306).

Todos os autores estudados (à exceção de Bernard) acreditam que Ana foi vítima de uma conspiração organizada por Cromwell, com o conhecimento e o consentimento de

⁷⁵ John Skip dirigiu-se à congregação acusando os conselheiros do rei: “... nowadays many men... rebuke the clergy... because they would have from the clergy their possessions” (apud. Ives: 307). Skip recorreu à história (do Velho Testamento) de Esther, a esposa do governante persa Ahasyerus. Este fora mal aconselhado por Haman, o seu ministro. A história e o sermão de Skip – sem dúvida a pedido de Ana – transmitiam a mensagem clara de que os conselheiros do rei deveriam pôr de parte os interesses materiais e aconselhar o rei no sentido de dar melhor uso aos bens confiscados aos mosteiros.

⁷⁶ Na opinião de Ives, Ana “may have begun trying to oppose secularization”.

⁷⁷ Weir diz, a este propósito: “The ambassador advised her [Jane Seymour] to drop heavy hints about Anne’s heretical leanings in Henry’s ear, and to say that the people of England would never accept her as their true Queen” (Weir: 306).

Henrique, embora as datas e até os motivos⁷⁸ possam divergir. A 23 de Abril, numa cerimónia pública, Nicholas Carew (apoiente de Jane Seymour) é escolhido para “The Order of the Garter”, em vez de Jorge Bolena, irmão de Ana, o que é lido como sinal de que os Bolena tinham caído em desgraça.

No dia seguinte foi nomeada uma comissão de inquérito (segundo Fraser e Ives, provavelmente sob instigação de Cromwell)⁷⁹ formada por vários nobres, entre os quais Lord Audley, “Chancellor”, e o tio de Ana, Norfolk. Essa comissão, de “oyer and terminer” (ouvir e decidir) iria investigar actividades não especificadas da rainha, que poderiam resultar em acusações de traição. Fraser afirma que o rei não só teve conhecimento e assinou o documento, como sabia o que se planeava (303), ao passo que Ives considera que Henrique não teve conhecimento dessa nomeação⁸⁰. Na teoria por ele defendida, a “queda” de Ana deveu-se a um golpe – súbito e inesperado – que apenas demorou um mês. Henrique teria sido “manobrado” pelo ministro e pela facção Aragonesa na Corte, e confrontado com “provas” do comportamento adúltero de Ana.

Weir realça o desejo de Henrique de afastar Ana, a partir de Fevereiro de 1536 e dá-lhe um papel activo no desenrolar dos acontecimentos, isto é, inteiro conhecimento do que se preparava:

Then, Cromwell’s agile mind came up with a solution as fantastic as it was atrocious. His intention was to accuse Anne of high treason. The crime must be such as to inspire not only revulsion for Anne, but also sympathy for Henry. Given Anne’s love of flirtation and her encouragement of the fashionable cult of courtly love, few would find it hard to believe that, desperate for a child, she had resorted to adultery and even to plotting the death of the king. (Weir: 309)

Fora dissolvido a 14 de Abril⁸¹ o Parlamento Reformista que legislara o corte com Roma, possibilitara e protegera o casamento de Ana (através da legislação promulgada), sob pena de traição, (que implicava uma morte terrível por esquartejamento, entre outras coisas). Três dias depois de a comissão de inquérito ter sido nomeada, dá-se a convocação de novo parlamento. Não se sabe porquê, embora Ives considere que não teria a ver com Ana, mas

⁷⁸ “Alesius stated unequivocally that it was Anne’s support for the protestants which was the reason why she had to be removed” (apud. Denny: 259). O reformador escocês escreveu sobre esse assunto somente em 1559, no reinado de Isabel (ver Fraser, 2002: 314). Warnicke afasta a teoria de uma conspiração palaciana e política e atribui a culpa à mentalidade supersticiosa da época, argumentação a que se fará referência posteriormente. Lindsey, do nosso ponto de vista, parece atribuir muita importância à mudança de sentimentos de Henrique, do amor ao ódio: “He [Henry] had been wholly besotted with her (...). Henry loathed Anne and he wanted a son. He needed to be rid of her for the second reason, but he needed her killed for the first” (Lindsey: 120-21).

⁷⁹ Cf. o artigo de Greg Walker, “Rethinking the fall of Anne Boleyn” (2002: 3, nota 6).

⁸⁰ (...) despite what is universally assumed, Henry had signed nothing (Ives: 322).

⁸¹ Bernard argumenta por isso que nessa data o rei não pretendia livrar-se de Ana, caso contrário precisaria do Parlamento para a questão de um divórcio (1991: 590).

antes com a análise do “Act extinguishing the authority of the bishop of Rome”⁸². Entretanto, abundariam vários esquemas para dar ao rei a liberdade pretendida – o divórcio sob pretexto de existência de um pré-contrato com Northumberland ou a anulação por motivos de consanguinidade (Maria Bolena fora amante do rei) – o que parece mostrar que os opositores de Ana estavam a agir. Ives realça, contudo, que até Abril de 1536 o rei ainda está ligado a Ana Bolena e procura mesmo o seu reconhecimento por parte de Chapuys, conforme foi anteriormente referido. Tudo isto torna mais difícil entender os acontecimentos que se desenrolam a um ritmo alucinante.

A ideia dada por Fox de que Henrique era um rei facilmente influenciado pelas facções da corte⁸³ parece, na perspectiva de Bernard, ter sido assimilada por alguns autores, particularmente por Ives, Starkey e Elton, que argumentam que o casamento com Ana e o corte com Roma foram mal aceites por muitos nobres (sobretudo da facção conservadora, Aragonesa) que vêm agora em Jane a possibilidade de recuperar influência, poder e mesmo a “velha” religião. Os autores referidos sugerem manobras de Cromwell, que decide juntar-se aos conservadores. Ives faz notar que a situação de Cromwell era difícil, visto que se, por um lado, a sua ambição e sentido de preservação exigiam que a rainha fosse afastada, por outro não só os apoiantes de Jane poderiam facilmente recuar, mas a vitória da facção conservadora poderia significar o fim de muito do que conseguira (a Reforma religiosa, a dissolução dos mosteiros). Cromwell teria de saber dominar as manobras palacianas:

Thomas Cromwell set out to plan the removal of Anne Boleyn with the caution the exercise demanded; the risk involved was a measure of his desperation. Simply to remove the queen would be to invite his own ruin. (...) Somehow, therefore, he must achieve the gymnastic feat of a double reversed twist, ridding himself of Anne first, with the support of Mary and her allies and then ditching them too. (Ives: 317)

As perspectivas de Starkey e Elton diferem ligeiramente, no sentido em que consideram que não foi Cromwell a iniciar a conspiração, mas antes os conservadores.

Bernard discorda dos vários pontos já mencionados na hipótese levantada por Ives, opinando que a ideia de Cromwell destruir Ana por causa de uma aliança que, mesmo a

⁸² Bernard pergunta, a propósito: “Did it mark the turning point?” (Bernard: 590).

⁸³ Na página 591 Bernard cita Foxe: “Even as the king was ruled and gave ear sometimes to one, sometimes to another, so one while it went forward, at another season as much backward again and sometimes clean altered and changed for a season, according as they could prevail, who were about the king”. E continua, na nota 3 da mesma página: “Foxe's specific explanation of Anne's fall, that she was the victim of ‘some secret practising of the papists, ‘wily papists’, especially Stephen Gardiner, Bishop of Winchester, ‘whispering in the king’s ear what possibly they could to make that matrimony unlawful’, seems wholly improbable, since Gardiner was Henry's ambassador in France in spring 1536 and far removed from immediate influence with the King” (1991: 591).

realizar-se, seria certamente efêmera (atendendo à fluidez das relações internacionais na época) é absurda. A tese de que Cromwell pretendia destruir os homens influentes do Privy Chamber é também desvalorizada por Bernard. Este autor argumenta que não está demonstrado como é que esses homens formavam um grupo coerente⁸⁴ que pusesse em risco a política de Cromwell, mesmo no País de Gales, como Ives sugere, referindo o poder de Norris e Brereton nessa área, visto que o poder desses homens dependia inteiramente das graças do rei⁸⁵.

Afinal, segundo vários autores, terá sido a admoestação de um nobre ao comportamento libertino da irmã que terá levado esta a acusar as liberdades da rainha para com o seu músico, Mark Smeaton. Lancelot de Carles, contemporâneo (e com acesso à corte na altura do julgamento), no seu poema sobre a queda de Ana descreve como um cortesão (Sir Anthony Brown, membro do Conselho) censura o comportamento da irmã (a condessa de Worcester). Esta reagiu acusando a rainha dessa mesma conduta, e, se o irmão não acreditava, “de Marc scaurez cette histoire”. A condessa acusou também o irmão da rainha: “Ne je ne veulx oublier vous dire/ ung poinct de tous qui me semble le pire/ cést que souvent son frere a avec elle/dedans ung lit acointance channelle”. (Bernard, 1991:597). Ives, por seu lado, não dá qualquer crédito a essa ideia, dizendo mesmo que “it must be fabricated”. Ives refere que essa fonte não é muito fiável, uma vez que “de Carles wrote on the basis of what was known by the French embassy” (Ives: 61).

As damas de Ana terão sido ouvidas, mas nada – depoimentos, inquéritos – chegou até nós sobre o julgamento, excepto as acusações e os veredictos. Vários autores questionam a situação – terão sido as provas de culpabilidade de Ana destruídas durante o reinado de Isabel? Ou, como adianta Ives, ter-se-á Ana tornado uma “não-pessoa” tendo sido, por isso, apagada da memória Tudoriana?

Ives considera que Cromwell, ao nomear a comissão de inquérito não tinha ainda qualquer “prova” de adultério de Ana:

He [Cromwell] had the oyer and terminer ready and a parliament summoned, but no occasion to use them. And then, suddenly, the opportunity presented itself. Henry had planned to go with the Queen and the court to Calais that spring (...). May Day was to be celebrated at Greenwich and then the journey would begin (...). At eleven o'clock on the Sunday night, 30 April, without warning, these arrangements were cancelled (...). What had happened was a major dispute between the queen and Henry Norris either on Saturday, 29 April or early the following day. In a furious altercation, Anne had made personal accusations about Norris's feelings for her and had been too angry

⁸⁴“(…) to be a faction ‘they would have needed a political programme for action and not only coincidental similarities in their dislike for Henry's religious policies’ (apud. Bernard: 592, nota 2).

⁸⁵ Não podemos contudo deixar de notar que os acusados (excepto Smeaton) faziam parte do Privy Chamber e que, segundo Starkey, esse era o órgão mais poderoso, não só porque os seus membros assumiam uma variedade de poderes – financeiros, administrativos e diplomáticos – mas porque constituíam um ponto-chave de acesso ao monarca.

to notice an audience.⁸⁶ (...) The queen tried to forestall gossip by instructing Norris to go to her almoner on the Sunday morning and volunteer to take his oath that the queen ‘was a good woman’.⁸⁷ (Ives: 324-5)

O episódio de Smeaton – a quem a rainha terá admoestado por este pretender a sua atenção, não obstante ser um simples músico e, como tal, *déclassé*, é imediatamente aproveitado por Cromwell para o interrogar. Os vários autores realçam que, sendo “commoner”, Smeaton estava sujeito a tortura. Mal Cromwell obtém a confissão, informa Henrique, que abandona Greenwich e regressa a York Place na companhia, entre outros, de Norris, a quem confronta com acusações de adultério com a rainha.

Na manhã seguinte Ana é interrogada em Greenwich e levada sob prisão para a Torre⁸⁸. Norris, Smeaton, Rochford, Francis Weston e William Brereton são acusados de adultério, traição e incesto, no caso de Rochford.

A reacção descontrolada de Ana ao ser acusada, sem saber quem mais estava prisioneiro, terá dado trunfos valiosos a Cromwell, através das damas que rodeavam Ana, escolhidas pelo ministro. Ana terá – inocentemente⁸⁹, dirão os biógrafos que defendem a conspiração – fornecido informação valiosa sobre conversas, aparentemente inocentes com alguns cortesãos, como Francis Weston, que servirão de pretexto para Cromwell⁹⁰ levar adiante o seu plano.

Starkey chama a atenção para o facto de as prisões, a partir de Weston, parecerem constituir-se como uma “purga moral”, uma vez que Weston, Richard Page, Wyatt e Francis Bryan serem “the most notable repobrates of the Court”. Ninguém consegue explicar, contudo, o motivo pelo qual Brereton terá sido preso e condenado à morte (Starkey, 2004: 572; Ives: 343).

Dado todos os factores expostos – a confissão de Smeaton, as conversas “suspeitas” de Ana com os acusados, a relação próxima com o irmão, o carácter libertino dos acusados, o ambiente de frivolidade relatado por alguns, o carácter impetuoso da rainha e a sua história

⁸⁶ Essa troca acesa de palavras terá sido causada pela hesitação de Norris em casar com Margaret Shelton, prima de Ana, a quem cortejava. Ana interpelou Norris, acrescentando, pouco sensatamente: “you look for dead man’s shoes. For if aught came to the king but good, you would look to have me” (Starkey, 2004: 566). Esta frase irá ser interpretada como ‘treasonable conspiracy to procure the king’s death’, ou seja, como traição contra o rei.

⁸⁷ “But this was a remedy that was almost worse than the disease” (apud. Starkey, 2004: 567)

⁸⁸ And neither in life nor in death would she ever leave it (apud Starkey, 2004: 569).

⁸⁹ “Anne’s revelations (...) were not confessions (...). Instead, they were part of a desperate quest for meaning” (Starkey, 2004: 572).

⁹⁰ “For, within twelve hours of her imprisonment, she [Anne] had given full details of her conversation with Norris (...) and Weston” (Starkey, 2004: 571).

pouco usual⁹¹ - não foi difícil passar a acusação de adultério com cinco homens (Page e Wyatt foram libertados e Bryan não chegou a ser preso). Acrescenta-se os detalhes chocantes da perversão do incesto e tudo se torna subitamente credível – afinal, Ana era a “concubina”:

She [the Indictment read], following daily her frail and carnal lust, did falsely and traitorously procure by base conversations and kisses, touchings, gifts and other infamous incitation, divers of the king's daily and familiar servants to be her adulterers and concubines. (Starkey, 2004: 577)

Como Fraser pertinentemente realça, os acusados faziam parte da corte e estavam em permanente contacto com a rainha e as suas damas. E nesses encontros, nada mais natural do que os galanteios⁹², olhares, baladas, que constituíam o código que regulava a vida social na corte da Renascença.

Analisadas as datas das acusações⁹³, é possível verificar que não batem certo com pormenores como a localização da corte nesse dia, o facto de Ana estar grávida ou em reclusão a seguir ao parto. Pressente-se assim que os factos eram apenas formalidades para o que já fora decidido mesmo antes do julgamento:

The trial of Queen Anne Boleyn was a cynical operation, intended to have only one result: her death. This death was necessary so that the King could achieve a third marriage as free from stain as the reputation of his new sweetheart. (Fraser, 2002: 301).

Muito se tem dito sobre a confissão de Smeaton e, sobretudo, tem-se questionado por que é que os condenados, que se consideraram sempre inocentes, não aproveitaram o dia da execução para proclamar ao mundo essa inocência⁹⁴. Em relação à primeira questão, Warnicke avança a teoria de que o músico seria homossexual e teria tido um relacionamento com Lord Rochford. Nesse sentido, Smeaton preferiria que a sociedade o considerasse adúltero, o que socialmente era menos gravoso e penalizante do que a homossexualidade. Nada, contudo, prova essa teoria, tanto mais que Rochford tinha, pelo contrário, fama de

⁹¹ “This was the Anne who had defied convention; won Henry; broken his marriage; tongue-lashed dukes and earls; driven Catherine to her grave and More and Fisher to the block” (Starkey, 2004: 577).

⁹² Talvez Ana, contudo, tivesse o que Ives (que sempre a defende), chama “an inability to keep a safe regal distance” (Ives: 349).

⁹³ “Investigation shows that even after 500 years, three-quarters of these specific allegations can be disproved. In twelve cases Anne was elsewhere or else the man was” (Ives: 344).

⁹⁴ Rochford, que se defendera com inteligência e argumentação sólida, ao ser executado declara apenas “I was born under the law, I am judged under the law and I must die under the law, for the law has condemned me” (*idem*: 343).

conquistador feminino (Ives: 332). Quanto à segunda interrogação, Ives sugere que, quer Ana quer o irmão, negaram a culpa até onde a convenção lhes permitia. Na cultura religiosa da era Tudoriana, era importante a noção de saber morrer – “die a good death” –, o que implicava conformar-se ao modelo da confissão piedosa. Os condenados deveriam comportar-se como pecadores penitentes e partir de pazes feitas com o mundo, os acusadores e Deus. Este comportamento evitaria também represálias do monarca e da lei (muitas vezes as propriedades eram confiscadas) sobre os familiares dos condenados.

Parecendo-nos embora bastante fantasiosa, não poderíamos deixar de fazer referência à tese de Warnicke sobre a morte de Ana Bolena. Esta autora considera que em Janeiro de 1536 tudo estava bem com Ana: novamente grávida, Catarina morrera, França e o Imperador preparavam-se para a guerra (afastando assim o perigo de se juntarem na cruzada contra Inglaterra, como Paulo III pedira). A sua morte não será o resultado do desencanto do rei (e nova paixão), mas antes da natureza do aborto que sofre. Warnicke defende que o feto não era normal, revelando sinais de deformações. A teoria de Warnicke baseia-se na relação entre essa deformação e o simbolismo que lhe era atribuído por uma sociedade dominada por medos de feitiçaria. Uma criança defeituosa seria sinal de que os seus progenitores tinham incorrido em sexo ilícito⁹⁵. A sodomia e o incesto eram associados à bruxaria e, nessa perspectiva, Ana é acusada de incesto e adultério com homens que teriam um comportamento sexual desviante⁹⁶. A autora aponta as datas das prisões como simbólicas, dado Maio ser “a time associated with eroticism and tranvestism”⁹⁷ (215). Warnicke interpreta as palavras⁹⁸ que Rochford terá proferido no dia da execução como “prova” de um comportamento sexual desviante, que não pode ser objectivamente comprovado dado aquilo a que chama “the wall of silence” que ao longo dos séculos tem coberto o problema da homossexualidade. Toda a argumentação de Warnicke pretende provar que a queda de Ana não se deveu a manobras de facções opostas, mas sim à natureza do aborto sofrido por Ana. A acusação pretende, nessa

⁹⁵ “(...) illicit sexual acts were blamed for the birth of deformed children” (Warnicke: 195).

⁹⁶ “The men identified as Anne’s lovers were known for their licentious behaviour and some of them were suspected of having violated the Buggery Statute” (Warnicke: 214).

⁹⁷ “By 30 April the die had been cast. (...) On the morning of second May, a day on which some of her [Anne’s] contemporaries gathered mountain ash branches to protect themselves from witches, Norfolk, Sir William Paulet and Fitzwilliam accused her of having engaged in carnal relationships with three men (*idem*: 225).

⁹⁸ “They [eyewitnesses] heard him [Rochford] say that he deserved to die ‘for more and worse shame and dishonour than hath ever been heard of before’ (*idem*: 218).

perspectiva, fazer prova de que Henrique não podia ser o pai⁹⁹ e mesmo de que Ana, com as suas artes de feitiçaria, teria provocado a impotência do rei.

Seja qual for a representação de Ana que se favoreça, imaginamos facilmente o seu terror e desorientação iniciais – que o choro e o riso testemunham – a coragem com que se defendeu, a dignidade e serenidade com que enfrentou o julgamento e a sua execução.

O julgamento de Ana e do irmão, embora separadamente, teve lugar no “Great Hall of the Tower of London” a 15 de Maio e cerca de 2.000 pessoas assistiram. Os 26 jurados incluíam Tomás Bolena (era habitual os familiares dos acusados mostrarem ao soberano a sua solidariedade), o duque de Norfolk e Lord Percy de Northumberland. De acordo com Charles Wriothesley “she gave wise and discreet answers to her accusers (...) as though she was not actually guilty” (apud. Ives: 340). As acusações de incesto foram vagas e a acusação contra Rochford baseava-se na alegação da mulher, Jane, que referiu existir “demasiada familiaridade” entre os irmãos¹⁰⁰. É consensual aos vários autores a opinião de que o irmão de Ana Bolena não seria provavelmente executado se não lesse alto o reparo que Ana teria feito sobre a provável impotência de Henrique. Jorge Bolena é condenado à morte, tal como Norris, Weston, Smeaton e Breerton. Quanto a Ana, é declarada culpada, “to be burned or beheaded at the King’s pleasure” (Starkey, 2004: 580).

Aguardando a morte, Ana volta ao comportamento nervoso e errático dos primeiros dias na Torre, de extrema alegria a choro histérico, suspensa entre a esperança e a inevitabilidade da execução. A visita de Cranmer é lida por vários historiadores como uma espécie de chantagem por parte do rei: Ana acederia dar a Henrique o divórcio e este dar-lhe-ia a liberdade (adiantam alguns) ou uma morte rápida e menos atroz. “What she [Anne] said to Cranmer we will never know. But it was enough for the archbishop of Canterbury to pronounce her marriage dissolved the following day” (Starkey, 2004: 581). Ana não morreria rainha de Inglaterra, ela que tantas inimizades fizera para conseguir esse lugar. O caminho ficava livre para o rei tornar Isabel ilegítima e dar precedência aos muitos filhos que Jane Seymour – oriunda de uma família numerosa – iria certamente dar ao glorioso Henrique VIII.

A pressa do rei em anunciar o seu noivado (apenas vinte e quatro horas após a execução de Ana) e realizar o casamento, mostra que para Henrique era apenas tempo de

⁹⁹ “(...) their goal [the king’s ministers] was more to deny his fatherhood than to prove Anne’s adultery, although the latter was essential to their strategy” (Warnicke: 204).

¹⁰⁰ É interessante verificar que Antonia Fraser considera que só posteriormente é sugerido que Ana, em desespero para ter um filho, recorre ao irmão: “ (...) the evidence against him (Rochford) of incest with his sister was little short of pathetic. *Character-assassination* which came much later suggested that the Queen ‘much wanting to have a manchild to succeed, and finding the king no man to content her’ used her brother (among others) to beget a child” (Fraser: 309, itálico meu).

mandar os pintores, carpinteiros, bordadeiras e vidreiros mudarem a inicial A para J em todos os palácios reais. A partir desse momento, todos os traços da existência de Ana foram destruídos. Apenas a negligência de algum trabalhador permitiu que no “King’s College” de Cambridge reste ainda, gravado na madeira e esquecido no tempo, o monograma com as iniciais A e H entrelaçadas.

Se adoptarmos a teoria seguida pela maioria dos biógrafos (da inocência de Ana), a imagem de um rei que planeia – ou pelo menos consente – a destruição e substituição da mulher – não é lisonjeira. Segundo Ives, o historiador James Anthony Froude procurou exonerar os ministros de Henrique¹⁰¹ e o rei. Também A.F.Pollard defende Henrique, alegando que “To assume that Henry sent (...) needless victims to the block is to accuse him of a lust for superfluous butchery, of which even he, in his most bloodthirsty moments, was not capable” (apud. Ives: 352).

A execução de Ana revela a preocupação Tudoriana com o pormenor. A técnica – tão actual – de controle de massas foi efectuada eficazmente: a execução não teria lugar em Tower Hill, como projectado, mas num local mais privado, “the green inside the Tower”, onde a entrada poderia ser controlada. Ana confessara-se durante a noite e mantivera a sua inocência¹⁰². No momento da execução (afinal a velha lenda sobre a rainha sem cabeça tornara-se realidade) muitos juraram ter visto lebres a correr pelos campos (“the hare, the sign of the witch”). Outros relataram que as velas à volta da campa de Catarina se teriam acendido sozinhas, como que em antecipação da morte da “usurpadora” (Fraser, 2002: 316).

É de realçar que Alisou Weir, sempre crítica em relação a Ana, refere que embora poucos lamentassem a morte de Ana Bolena, alguns dias depois surgiram em Londres baladas representando-a “as a much wronged heroine, thus giving birth to a legend that has persisted, with gathering momentum, ever since” (Weir: 337).

Talvez o melhor epílogo para a história de Ana seja, como sugere Ives, o poema de Wyatt:

These bloody days have broken my heart:
My lust, my youth did them depart,
And blind desire of estate.
Who hastes to climb seeks to revert:
Of truth, *circa, regna tonat.*¹⁰³
(apud. Ives: 319).

¹⁰¹“(…) can we believe that Cromwell would have invented that dark indictment (…)? Or Norfolk, who had won his spurs at Flodden? (...) and Fitzwilliam, the Wellington and the Nelson of the sixteenth century?” (apud. Ives: 351).

¹⁰² Os vários autores consultados dão relevância ao facto de Ana jurar a sua inocência: “at the damnation of her soul, she swore on the sacrament that she had never been unfaithful to the king” (Ives: 356; Weir: 333; Fraser: 314).

¹⁰³ “About the throne, thunder rolls”.

Conclusão

Romances populares, biografias, artigos acadêmicos, filmes e até mesmo uma ópera¹⁰⁴ evidenciam o interesse por uma figura do passado que permanecerá para sempre misteriosa e, talvez por isso mesmo, sedutora.

Ana Bolena seduz pelo que não revela. A sua alegada virgindade durante seis anos e a atitude arrogante perante um rei poderoso a quem ninguém ousava negar os desejos, parece-nos uma forma de, negando¹⁰⁵, impor uma vontade e um modo de resistência que a distingue da maioria das mulheres da época. Afinal, a irmã Maria Bolena sucumbe facilmente aos encantos do rei, embora o filme recentemente produzido *The Other Boleyn Girl* redima, de certa forma essa imagem, insistindo na sua submissão à vontade do pai, do tio e mesmo do marido em agradar ao rei, e torne a sua ligação um romance de amor, pelo menos da sua parte¹⁰⁶.

Ana seduz-nos também – ou sobretudo – pela imagem física que chega até nós, que escapa aos cânones de beleza da época. Perguntamo-nos o que enfeitiçou o rei e o homem, mantendo-o preso a uma donzela esquiva que permanece uma promessa por cumprir.

Inocente ou culpada é uma das questões que não conseguimos deixar de fazer. Chegar à verdade é uma pretensão que não é reivindicada neste trabalho, embora seja impossível pesquisar sobre Ana sem tomar partido. É fácil gostar de uma personagem que, passados cinco séculos, ainda chega a nós como alguém real, humano, demasiado humano naquilo que implica, nas virtudes e, sobretudo nas falhas. É mais fácil admirar a máscara de vivacidade, determinação, arrogância, imprudência e calculismo do que a da submissão e virtude absoluta. Atraem-nos as falhas e o enigmático, e Ana, envergando várias máscaras, constrói uma imagem forte e contraditória. No orgulho e no risco que assumiu entrevê-se uma fragilidade que a torna ainda mais real na nossa imaginação. O verdadeiro sujeito histórico não será nunca conhecido, tanto mais que é através da moldura do presente que olhamos para ele, mas julgamos interessante interpretar o que no passado e no presente foi e continua a ser feito desse sujeito histórico que construiu cuidadosamente uma imagem através da qual os outros / nós a olhamos.

¹⁰⁴ *Anna Bolenna*, ópera de Gaetano Donizetti (1830).

¹⁰⁵ “Virginity can be a form of erotic participation that is also a way of withholding” (Schwartz, 2002:18-19).

¹⁰⁶ É interessante a perspectiva que este filme dá sobre as duas irmãs: Maria submissa e doce, Ana determinada, ambiciosa e cruel.

Ana foi o produto de um momento histórico, de uma educação num espaço cultural e geográfico específico, de uma era em que o estado, a igreja e a família, através da autoridade, moldavam e determinavam a identidade, em que a mulher era propriedade absoluta do homem. Como Vives refere, “A woman has no power of her own body, but her husband (...)” (apud.Thomas: 213). O “double standard”, isto é, a aceitação por parte da sociedade de qualquer comportamento masculino, por oposição à virtude, castidade, silêncio e anulação da mulher, regulava a vida social, e Ana, ao pôr em causa esses padrões aceites, seduz o rei. Mas talvez a Ana-promessa fosse bem mais atraente do que a Ana-realidade¹⁰⁷, que ousa pôr em causa o “double standard”¹⁰⁸ e questiona o rei por este ter amantes.

Inocente ou culpada? Os historiadores, biógrafos e romancistas dividem-se entre os dois pólos, uma minoria aceitando a sua culpabilidade, a maioria procurando reabilitar a representação de Ana Bolena, tão maltratada durante séculos, ignorada, como foi durante o resto do reinado de Henrique¹⁰⁹.

Como vimos, desde o início, nas várias leituras sobre Ana Bolena, as interrogações abundam, dos biógrafos que datam o seu nascimento em 1501, aos que defendem 1507, atribuindo-lhe assim papéis diferentes entre a filha do meio e a mais velha¹¹⁰ e ditando leituras diferentes do triângulo que se iria formar, em 1527, entre a rainha, de 40 anos, o rei de 36 e Ana que seria uma mulher madura (26 anos) e não a jovem de 19 anos, como por vezes se julga.

As dúvidas em relação ao início do relacionamento com o rei implicam também leituras diferentes do carácter de Ana, permitindo representá-la como catalisadora da rejeição a Catarina, (e, conseqüentemente, lendo a resistência de Ana como puro oportunismo), ou considerando o desejo de divórcio de Henrique e a paixão por Ana como acontecimentos separados, pelo menos numa fase inicial¹¹¹.

Weir concorda com Ives que as dúvidas de Henrique em relação ao seu casamento com Catarina de Aragão existiam muito antes de se apaixonar por Ana. A paixão viria, é certo, aumentar o seu desejo de pôr em causa a validade desse casamento¹¹².

¹⁰⁷ “Anne the wife was less attractive than Anne the mistress had been” (Plaidy, 1968: 251).

¹⁰⁸ Afinal, como Keith Thomas faz notar no seu artigo “The Double Standard”, “model wives should turn a blind eye to their husband’s liaisons” (Thomas, 1959: 196).

¹⁰⁹ “For twenty years after May 1536, Anne Boleyn was a non-person” (Ives, epilogue).

¹¹⁰ Dos biógrafos estudados, apenas Retha Warnicke considera que Ana era a mais velha: “she [Anne] had to have been the elder sister”. É também esta a versão seguida no filme *The Other Boleyn Girl*.

¹¹¹ “Two developments were, in fact, at work concurrently - the move to divorce Katherine of Aragon, and Henry’s growing involvement with Anne – and initially and for a long time they were quite separate” (Ives: 83).

¹¹² “He [Henry] was passionately in love (...) and wished to remarry. This has often – and erroneously – been understood to have been the real basis for the king’s doubts of conscience, which has tended to trivialize the whole issue. In fact, Henry did, desperately need a male heir” (Weir: 139).

Fraser, por sua vez, afirma que o rei nunca pensara divorciar-se da sua rainha antes de se apaixonar por Ana, e refere mesmo: "Anne Boleyn's personal role is attested by the timing of it all" (168).

Os exemplos referidos mostram bem que tudo o que se relaciona com Ana aparece sujeito a interpretações diferentes, tornando mais difícil perceber a mulher por detrás de tantas representações.

Se o início da história de Ana e de Henrique aparece envolto em incertezas, o que dizer do seu final? Como vimos, todos os historiadores e biógrafos estudados¹¹³ defendem a inocência de Ana. Alison Weir, Antonia Fraser, David Starkey, Eric Ives, Greg Walker, Joanna Denny¹¹⁴, Retha Warnicke e Karen Lindsey refutam as acusações de adultério, incesto e conspiração contra a vida do rei, embora refiram que a maneira de ser de Ana, a sua arrogância, ambição e determinação, bem como o seu espírito pouco submisso, aliado a uma sensualidade e gosto pelos jogos de sedução tenham facilitado o tipo de acusações, tornando algumas credíveis à luz da época. É esta também a visão subscrita e ficcionalmente desenvolvida pelas romancistas lidas, Jean Plaidy, Norah Lofts e Robin Maxwell.

Quanto à História nossa contemporânea, apresenta, em relação a Ana Bolena, três atitudes diferentes: uma visão condenatória, uma ambígua (entre a luz e a sombra) e, nos historiadores recentes, um interesse renovado pelo carisma e papel desta rainha na história de Inglaterra, redimindo a sua imagem. Assim, enquanto Froude, como foi referido, coloca o carácter de Henrique acima de qualquer suspeita, duvidando do de Ana, alguns manuais de História contemporâneos, embora dando pouca atenção ao papel de Ana na História, mostram-se cautelosos em relação à sua condenação. Trevelyan, por exemplo, ignora o papel de Ana, referindo apenas que "Anne was a light woman" (Trevelyan, 1971: 223), comparando-a a Catarina Howard, nos defeitos e no fim (227). Morgan, por sua vez, embora admitindo o gosto de Ana por "flirtar", parece acreditar na sua inocência, ao utilizar as palavras "fatally" e "coup": "Anne turned out to be a precocious flirt, who meddled fatally in politics: she was ousted and executed in a coup of May 1536." (Morgan, 1991: 251). A escolha da palavra "meddle", parece, contudo, retirar importância ao seu papel político. MacDowall refere, peremptoriamente: "(...) Anne Boleyn, whom he [Henry] had executed because she was unfaithful (1992: 70). Lee admite que as acusações poderão ter sido falsas:

¹¹³ Apenas G. W. Bernard concede culpa a Ana, pelo menos em parte, como foi referido na página 73 deste trabalho. Bernard refere mesmo que: "The safest guess for a modern historian is that Anne had committed adultery with Norris and briefly with Mark Smeaton; and that there was enough circumstantial evidence to cast reasonable doubt on the denials of the others" (Bernard, 1991: 606).

¹¹⁴ Na nossa opinião, Denny mostra Ana somente numa perspectiva positiva.

“Anne was accused (perhaps falsely so) of...” (Lee, 1997: 166). Já Loades¹¹⁵, por exemplo, referindo o carisma de Ana, conclui que a sua morte foi o preço a pagar pela sua determinação. Também Scarisbrick desculpabiliza Ana, afirmando que o rei pretendia livrar-se de Ana “by any means” (Scarisbrick, 1997: 350)¹¹⁶.

Quanto aos historiadores e biógrafos que formam a base desta dissertação, as teorias podem divergir, como vimos, da tese defendida por Ives que atribui a Cromwell a conspiração contra Ana¹¹⁷, a toda a situação desencadeada no período de 24 de Abril a 19 de Maio, a que Greg Walker chama “Kafkaesque situation” (2002: 3).

Para Walker, ao contrário de Ives, Cromwell não inicia as hostilidades contra Ana. Ela própria se condenou, com as palavras levianas (ou, pelo menos que revelam demasiada familiaridade) que trocou, num fim-de-semana, com Smeaton e com Norris¹¹⁸.

Da teoria de facções, passando por manobras diplomáticas entre os inimigos de Ana Bolena, divergências teológicas ou superstições e medo do sobrenatural, o certo é que na generalidade, os vários autores analisados redimem a imagem de Ana, em relação aos crimes que lhe são imputados na narrativa oficial da História coeva.

É interessante a versão da romancista Norah Lofts, que, embora apresentando Ana como adúltera, a desculpabiliza aos nossos olhos, pela consciência de que só um filho varão a poderia salvar, e o rei sofria de períodos de impotência (271). Também Sir John Neale levanta a mesma hipótese, invocando esse problema do rei (Bernard, 1991: 609). A ideia de desespero aparece igualmente no filme *The Other Boleyn Girl*, em que uma Ana descontrolada sugere ao irmão uma relação incestuosa para obter o tão desejado filho.

O papel de Henrique VIII em toda esta trama não é, nos autores consultados, consensual. Afinal, não é fácil olhar para o rei sem deixar que tudo o que sabemos das suas futuras acções, bem como do seu temperamento sanguíneo e inconstante (“fast-changing”) influencie a nossa leitura. As opiniões dividem-se assim entre a ideia de que o rei foi manipulado por Cromwell e pelas facções da corte – e, neste caso Henrique terá sido confrontado com as “provas” do comportamento de Ana e terá agido em conformidade – aos que acreditam que Henrique se cansara de Ana e passara do amor ao ódio, tendo participado (e ordenado) a conspiração. Cansado de Ana, decepcionado pelo nascimento de uma filha e,

¹¹⁵ “Cruel and unjust as her fate may now appear, she suffered the standard penalty of the time for being a dangerous loser. (...) her execution was a tribute to her power” (Loades, 2009: 86).

¹¹⁶ Não pretendendo uma lista exaustiva de historiadores que redimem a imagem de Ana Bolena, remeto para Elizabeth Norton (Norton, 2009: 67, 69 e 75), Jeremy Black (Black, 2008: 116) e Richard Cavendish (Cavendish, 2008: 273).

¹¹⁷ “Ambition, as well as self-preservation (...) argued that he [Cromwell] would be better off if the queen [Anne] was out of the way” (Ives: 316). Denny concorda com Ives: Cromwell, the social climber and Chapuys (...). Between them they hatched an international conspiracy aimed at pulling down the Boleyns” (268).

¹¹⁸ “The vital events happened in just two explosive days over the weekend of 29-30 April” (Walker, 2002: 16).

sobretudo, pelo aborto que Ana sofre em Janeiro de 1536, novamente apaixonado por uma donzela esquiva, Henrique terá passado do amor ao ódio, como defende Scarisbrick¹¹⁹.

Ana significa a promessa de um filho varão¹²⁰. Ao falhar nesse papel, torna-se objecto de ódio de Henrique, sustentam vários autores. O aborto de um feto masculino, segundo as fontes da época e, pior ainda, de um feto mal formado terão, na opinião de Warnicke e de Stephanie Chamberlain¹²¹ desencadeado a necessidade de tornar Ana capaz, pelo menos na imaginação popular, de comportamentos sexuais inqualificáveis. Fox diz, a propósito: “(...) such carnal desires of her body as to misuse herself, with her own natural brother and the others being so contrary to nature... no natural man will believe it”(apud. Bernard, 1991: 595). Passados cinco séculos, a mesma opinião é partilhada por Joel Hurstfield: “Does any historian seriously believe the charges, including incest with her brother, which were laid against Anne Boleyn?” (*ibidem*).

Depravada, traidora, bruxa ou simplesmente vítima da sua condição de mulher, numa época em que a submissão e o silêncio eram sinónimo de virtude, de mulher ideal num mundo masculino?

Podemos imaginar Ana a responder a essa interrogação, como faz a Ana-personagem de *The Secret Diaries of Anne Boleyn*:

Tomorrow I die because I lusted not for flesh, but to command my own destiny. This is not a womanly act, I know, but I have oft thought that in this way my spirit is much the same as a man's. In this world a woman is born with one master who is her father. He rules her life until he hands her to a husband, who rules it till death. But some perverse twisting in my self has always kept me from obedience to men. (...) I forgive your father, Elizabeth, and think I understand the strangeness of his mind. For men love that which they cannot have and hate that which they cannot control. I was both to Henry. (Maxwell: 248)

Ana desafiou a ordem convencional, recusando o papel passivo que se esperava da mulher da época Tudoriana. Escolheu, sem dúvida, o papel mais difícil, o de uma mulher com vontade própria, que se quer definir e recusa ser mero objecto. Terá pago por isso? Ou seria essa recusa de ser definida pelo masculino apenas mais uma máscara?

¹¹⁹ “No doubt Henry’s court (...) was riven by intrigue and fictional struggles, but we must resist temptation to make these explain too much (...). I still believe that the chief explanations for Anne Boleyn’s fall and judicial murder is the obvious one. By 1536 Henry hated her. What had once been devastating infatuation had turned into bloodthirsty loathing, for reasons we will never fully understand (apud. Walker: 12).

¹²⁰ “She offered the king hope (...) that would take a precise form: a son. (...) King Henry himself did believe almost mystically in the coming of this male heir” (Fraser, 2002: 167).

¹²¹ “While there is little doubt that the charges against her [Anne] were politically motivated, (...) Anne’s failure to produce a living, male heir led to her conviction and execution. (...). Perhaps the most damning incident in Anne’s short, contentious reign was the stillborn, premature birth of a male child in January of 1536. (...) it is likely that Anne gave birth to what would have been considered a monstrous being in early modern Europe (Chamberlain, 2005: 77).

Culpada ou inocente? A resposta poderá estar na opinião, que subscrevo, de uma mulher, Antonia Fraser, sobre outra mulher, Ana Bolena:

She [Anne] was certainly not guilty. Queen Anne herself never admitted to any offence and the evidence to the contrary was a patchwork of half-truths and outright lies. All this, however, is less cogent than the sheer psychological improbability of the Queen endangering her position by adultery, let alone attempting to destroy the one man on whose favour she was totally dependent – the King. The sexual fascination of Anne Boleyn, to which her career bears witness, was not founded on indiscriminate sharing of her favours, rather on her ability to manage herself and her own attractions. Tantalizing mystery, even withdrawal, can after all exert as much fascination as sexual generosity, if not more. (Fraser: 309)

Ana permanece, certamente, “a tantalizing mystery”. Mas esperamos ter contribuído para ver um pouco da mulher por detrás das máscaras e dos estereótipos. Se bem que, como diz Fernando Pessoa, a essência é inatingível:

Whether we write or speak or do but look
We are ever unapparent. What we are
Cannot be transfused into word or book,
Our soul from us infinitely far.
(...)
(Pessoa, 35 Sonnets)

Post Scriptum

Tinha já concluído esta dissertação, quando tive a oportunidade de me deslocar a Londres e pesquisar alguns livros muito recentes. Um deles¹²², escrito por Suzannah Lipscombe, historiadora e “Research Curator at Hampton Court Palace”, avança uma ideia diferente em relação ao final de Ana Bolena, e que nos pareceu interessante. Na sua opinião, Henrique VIII, Cromwell e Ana podem ser exonerados de qualquer culpa, tendo antes sido vítimas das aparências e das circunstâncias: “ I would argue that neither Henry nor Cromwell malevolently condemned Anne for their own ends, but that Anne’s apparent guilt, despite her actual innocence, convinced Henry that she deserved to die (Lipscombe, 2009: 87).

Ana teria sido presa porque tudo apontava para a sua culpabilidade, tanto mais que Smeaton confessara ter tido relações sexuais com a rainha. Assim, Henrique terá acreditado na traição, o que explica o seu comportamento, que a autora caracteriza digno de uma “tragicomédia”, perante a corte. Da lamentação pública de que Ana “conhecera carnalmente mais de cem homens” à atitude insensível e cruel do rei, passeando com as damas da corte, cortejando abertamente Jane Seymour e rindo despreocupadamente em festas contínuas, Henrique VIII procurava, sustenta Lipscombe, proteger e afirmar a sua virilidade posta em causa pela natureza das acusações: “Henry’s honour was highly touched by Anne’s apparent adultery. This explains why Henry felt the need to cavort himself with ladies and increase the pace of his relationship with Jane Seymour, marrying her so quickly” (Lipscombe, 2009: 89).

Esta historiadora considera mesmo que 1536, dados os acontecimentos já referidos, foi o ano que mudou Henrique VIII, iniciando o período de tirania e crueldade dos anos subsequentes (Lipscombe: 26).

¹²² Lipscomb, Suzannah (2009), *The Year that Changed Henry VIII: 1536*, Oxford, Lion Hudson plc.

Obras Consultadas

1. Bibliografia Primária

1.1. Biografias e romances históricos

- Denny, Joanna (2007), *Anne Boleyn: A new life of England's tragic Queen*, London, Portrait.
- Fraser, Antonia (2002), *The Six Wives of Henry VIII*, London, Phoenix Press.
- Ives, Eric W. (2008), *The Life and Death of Anne Boleyn*, Oxford, Blackwell Publishing.
- Lindsey, Karen (1995), *Divorced, Beheaded, Survived: A Feminist Reinterpretation of the Wives of Henry VIII*, USA, Da Capo Press.
- Lofts, Norah (2006), *The Concubine*, Stroud, Gloucestershire, Tempus Publishing Ltd.
- Maxwell, Robin (2002), *The Secret Diary of Anne Boleyn*, London, Orion Books Ltd.
- Plaidy, Jean (1968), *ST. Thomas's Eve*, London, Pan Books Ltd.
- __ (1977), *Murder Most Royal*, London, Pan Books Ltd.
- Starkey, David (2002), *The Reign of Henry VIII: Personalities and Politics*, London, Vintage Books.
- __ (2004), *Six Wives: The Queens of Henry VIII*, London, Vintage Books.
- Warnicke, Retha M. (2008), *The Rise and Fall of Anne Boleyn*, New York, Cambridge University Press.
- Weir, Alison (2007), *The Six Wives of Henry VIII*, London, Vintage Books.

1.2. Filmografia

- “*The Other Boleyn Girl*” (2008), Sony Pictures Home Entertainment.
- “*The Tudors*”, Seasons 1 & 2 (2007 e 2008), Sony Pictures Home Entertainment.

2. Estudos de História

2.1. Sobre a História de Inglaterra

- Alarcão, Miguel (2008), “ Antecedentes Medievais da ruptura com Roma”, *Via Panorâmica: Revista Eletrônica de Estudos Anglo-Americanos/An Anglo-American Studies Journal* 2^a. Ser. 1, pp.142-155.
- Bindoff, S. T. (1981), *The Pelican History of England*, Harmondsworth, Pelican.
- Black, Jeremy (2008), *A New History of England*, Ashford Colour Press.
- Cavendish, Richard (2008), *Kings and Queens: The Concise Guide*, Cincinnati, David & Charles Ltd.
- Harris, Barbara (1990), “Women and Politics in Early Tudor England”, *The Historical Journal*, 33, No. 2, pp. 259- 281.
- Ives, E.W. (1972) “Stress, Faction and Ideology in Early-Tudor England” in *English Historical Journal*, 34.
- Lee, Christopher (1997), *This Sceptred Isle: From the Roman Invasion to The Death of Queen Victoria*, Harmondsworth, Penguin Books.
- Loades, David (2009), *The Six Wives of Henry VIII*, Stroud, Amberley Publishing Plc.
- McDowall, David (1992), *An Illustrated History of Britain*, Harlow, Longman.
- Morgan, Kenneth O. (1990), *The Oxford Illustrated History of Britain*, Oxford, Oxford University Press.
- Quintero, Maria C. (Mar., 1998), “English Queens and the Body Politic in Calderon's ‘La Cisma de Inglaterra’ and Rivadeneira's ‘Historia Eclesiastica del Scisma del Reino de Inglaterra’” *MLN*, Vol. 113, No. 2, *Hispanic Issue*, pp. 259-282.
- Richards, Judith M. (Spring, 1997), “To Promote a Woman to Beare Rule”: Talking of Queens in Mid-Tudor England, in *The Sixteenth Century Journal*, Vol. 28, Nº. 1, pp. 101-121.
- Scarisbrick, J. J. (1997), *Henry VIII*, New Haven, Yale University Press.
- Thomas, Keith (Apr., 1959), “The Double Standard”, in *Journal of the History of Ideas*, Vol. 20, Nº. 2 pp. 195- 216.

- Trevelyan, G. M. (1971), *A Shortened History of England*, Harmondsworth, Penguin Books.

2.2. Sobre Ana Bolena

- Bernard, G. W. (Jul.,1991), “The Fall of Anne Boleyn”, in *English Historical Review*, Vol. 106, No. 420, pp. 584-610.
- __ (Jul., 1992), “The Fall of Anne Boleyn: A Rejoinder”, in *The English Historical Review*, Vol. 107, No. 424, pp. 665-674.
- __ (Mar., 1993), “Anne Boleyn’s Religion”, in *The Historical Journal*, Vol. 36, No. 1, pp. 1-20.
- Freeman, Thomas (Dec., 1995), “Research, Rumour and Propaganda: Anne Boleyn in Foxe’s ‘Book of Martyrs’”, in *The Historical Journal*, Vol. 38, No. 4, pp. 797-819.
- Rowlands, John / David Starkey (Feb., 1983), “An Old Tradition Reasserted: Holbein’s Portrait of Queen Anne Boleyn”, in *The Burlington Magazine*, Vol. 125, No. 959, pp. 88-92
- Walker, Greg (Mar., 2002), “Rethinking the Fall of Anne Boleyn”, in *The Historical Journal*, Vol. 45, No. 1, pp. 1-29.

3. Outras Referências

- Chamberlain, Stephanie (summer, 2005), “Fantasizing Infanticide: Lady Macbeth and The Murdering Mother in Early Modern England”, in *Domestic Arrangements in Early Modern England, College Literature*, Vol. 3, pp. 72-91.
- Fraser, Antonia (1999), *The Weaker Vessel: Woman’s Lot in Seventeenth Century England*, London, Arrow Books.
- Hogrefe, Pearl (Apr., 1972), “Legal Rights of Tudor Women and the Circumvention by Men and Women”, in *The Sixteenth Century Journal*, Vol.3, No. 1, pp. 97-105..
- More, Thomas (2005), *A Utopia*, Lisboa, Guimarães Editores.
- Muir, Kenneth (1963), *Life and Letters of Sir Thomas Wyatt*, Liverpool, Liverpool University Press.

- Norton, Elizabeth (2009), *Jane Seymour: Henry VIII's True Love*, Stroud, Amberley Publishing.
- Schwartz, Kathryn (2002), "The Wrong Question: Thinking Through Virginity", in *A Journal of Feminist Cultural Differences: Studies* 13.2, pp. 1-34.
- Stephan, Adams, (21 April, 2009), "Love Letter from Henry VIII to Anne Boleyn on display for first time", in Telegraph.co.uk.
<http://www.telegraph.co.uk/culture/culturenews/5194183/Love-letter-from-Henry-VIII-to-Anne-Boleyn-on-display-for-first-time.html>

Acedido pela última vez em Agosto de 2009.